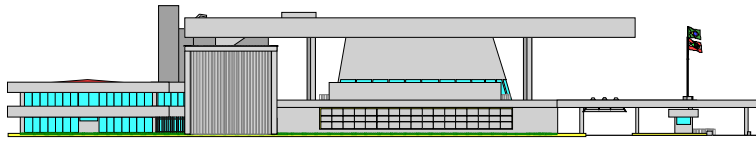


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 1º DE SETEMBRO DE 2011

NÚMERO 6.326

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Chereim

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Dado Chereim - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Chereim
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Chereim

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-
Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
Dado Chereim

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2326 EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 078ª Sessão Ordinária realizada em 30/08/2011 2</p> <p>Atos da Mesa Ata da Mesa DL 17</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes..... 18 Aviso de Licitação 18 Aviso de Resultado 19 Portarias..... 19 Projetos de Lei 21 Relatório..... 22</p>
---	---	---

PLENÁRIO

ATA DA 078ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a presença de Tatiane Richart Reichert e de João Roberto Vieira.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pronuncia-se a respeito de reportagem veiculada a respeito de Aloísio Acácio Piazza.

DEPUTADA ANGELA ALBINO (aparte) - Solidariza-se com o deputado Edison Andrino.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Reporta-se ao trabalho heróico da mulher na história do país.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Manifesta-se a respeito do parecer exarado pelo juiz Hélio do Valle Pereira.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Refere-se à ExpoConcórdia.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Tece considerações acerca da primeira reunião do grupo de trabalho constituído para tratar das questões do Magistério.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Cumprimenta o deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Reporta-se ao pagamento do piso do Magistério; refere -se a respeito do problema das drogas.

DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK (aparte) - Parabeniza o deputado Darci de Matos.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Registra o passamento do ex-prefeito de Modelo; aborda os danos nos municípios do oeste com as últimas intempéries; destaca o problema dos pequenos hospitais.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Associa-se às manifestações do deputado Mauro de Nadal.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Associa-se às manifestações do deputado Mauro de Nadal.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Analisa o problema das drogas; registra o não-cumprimento de leis.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se à compensação ambiental; defende o PT com

relação ao piso do Magistério; elogia o programa de microcrédito do governo federal.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Defende o governo Raimundo Colombo.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Defende o governo Raimundo Colombo.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (pela ordem) - Registra a implementação das 30 horas para as assistentes sociais na prefeitura de Chapecó.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Afirma que o governador do RS não paga o piso nacional do Magistério.

DEPUTADA ANGELA ALBINO (pela ordem) - Solicita providências com relação aos cálculos da folha do Magistério.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Defende o governo catarinense com relação ao pagamento do piso do Magistério.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (pela ordem) - Manifesta sua vontade de participar do grupo de trabalho do Magistério.

Ordem do Dia

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Discute o PL n. 0094/2011.

DEPUTADA ANGELA ALBINO (pela ordem) - Manifesta-se em apoio ao projeto de autoria do deputado Darci de Matos.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Cumprimenta as assistentes sociais presentes.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Registra a presença dos prefeitos de Chapadão do Lageado e de Agrolândia.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Comunica sua ida a Joinville representar a Casa no 8º Encontro Estadual de Grupo de Estudos e Apoio à Adoção.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Reporta-se ao impasse entre o governo e o Magistério no Rio Grande do Sul; defende o governo de SC.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Solidariza-se com o deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Defende o governo Tarso Genro em relação ao piso do Magistério.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Manifesta-se a respeito da lei das *lan houses*; apóia a adoção de 30 horas semanais para os assistentes sociais; mostra-se favorável ao parcelamento do IPVA.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Registra informações sobre a presença da Comissão Especial sobre Drogas da Câmara Federal na audiência da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Cumprimenta o deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Aborda o problema dos municípios em função das últimas intempéries; ressalta o cumprimento da Lei n. 12.317.

DEPUTADO GILMAR KANESEL - Defende o trabalho parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de registrar a presença nesta Casa da presidente da Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Baús, sra. Tatiane Richart Reichert, do sr. João Roberto Vieira, presidente do Instituto Providência, de Ilhota, e do vereador de Ilhota, Roberto Prebianca. Eles vieram convidar todos os srs. deputados e as sras. deputadas para uma audiência pública que se realizará no mês de setembro, na região do Baú, até porque nada ainda foi resolvido naquela localidade.

Também, sr. presidente, não poderia deixar de registrar a presença nesta Casa das assistentes sociais, de representantes do Conselho Regional de Assistentes Sociais e dos alunos da Universidade Federal de Santa Catarina, que estão numa luta justa pelo cumprimento de uma lei federal aprovada e sancionada no ano passado, a das 30h para a assistente social em todos os níveis, tanto no público quanto no privado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, gostaria também de aproveitar a oportunidade para cumprimentar os assistentes sociais e a sua entidade representativa pela luta em favor do cumprimento da lei. Espero que o governo seja mais atencioso com essa categoria.

(Palmas das galerias)

Espero que seja mais atencioso, de uma maneira diferente como tem sido com os profissionais da Universidade Federal de Santa Catarina, que estão há quase 80 dias em greve, e o governo se mostra desinteressado em buscar uma solução para os profissionais da universidade.

Então, queremos aqui trazer a solidariedade do PMDB, e a minha, em particular, por esse movimento e colocar a Assembleia à disposição. Quem sabe uma comissão de deputados possa ir a Brasília junto com a categoria para sensibilizar o governo federal na busca de uma solução para os assistentes sociais.

(Palmas das galerias)

Sr. presidente e nobres srs. deputados, esta semana o jornal *Notícias do Dia* trouxe uma matéria de duas páginas contando um pouco da história de uma das figuras mais queridas da vida pública de Florianópolis e de Santa Catarina, o ex-vereador, ex-prefeito, ex-deputado estadual e presidente da Assembleia Estadual Constituinte, Aloísio Acácio Piazza.

Tive a honra de conviver com Piazza durante bastante tempo. Primeiramente fundamos o MDB da capital, em 1996. À época eu tinha 19 anos e o Aloísio era um pouco mais velho. Naquele mesmo ano já disputamos um mandato de vereador da capital, porque o povo ainda não podia escolher o prefeito, já que estávamos numa ditadura.

Naquela oportunidade, Aloísio Piazza foi eleito com uma brilhante votação para o seu primeiro mandato, fato que se repetiria por sete vezes. Piazza foi também deputado estadual e presidente da Assembleia Estadual Constituinte. Foi um vereador brilhante, correto, perspicaz, detalhista, tudo o que passava pela Câmara Municipal recebia um cuidado especial daquele grande vereador, preocupado que era com a capital e com a qualidade de vida da sua população.

Além disso, Aloísio Acácio Piazza foi o prefeito que me antecedeu. Ele assumiu a prefeitura temporariamente, por seis meses, quando o então prefeito Cláudio Ávila da Silva se afastou para voltar a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa. Naquele período fez uma brilhante administração, até em função do pouco tempo e das circunstâncias que se apresentavam no momento. Inclusive, implantou o plano de cargos e salários dos servidores municipais e não é à toa que conquistou o seu respeito e o seu carinho. Foi dele, portanto, que recebi as chaves da prefeitura municipal, na cerimônia de posse realizada nesta Casa, inclusive com a presença do saudoso companheiro Ulysses Guimarães.

Então, essa matéria é muito representativa, principalmente neste momento difícil da vida pública brasileira, quando as Casas Legislativas passam por grande desgaste, às vezes com motivos, outras vezes sem razão.

Aloísio Acácio Piazza, ex-deputado, ex-prefeito e ex-vereador de Florianópolis foi um exemplo de homem público e temos que aproveitar a oportunidade para ressaltar as suas qualidades.

Por isso, quero cumprimentar o jornal pela iniciativa de trazer em duas páginas um pouquinho da história desse brilhante e exemplar homem público, que foi o nosso companheiro Aloísio Piazza.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. nos concede um aparelho?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado Edison Andrino, eu tive a honra de dividir o Parlamento, quando fui vereadora em Florianópolis, com o vereador Aloísio Piazza e sou testemunha de tudo que v.exa. mencionou aqui.

Vi essa matéria e achei extraordinária como um resgate da memória de Santa Catarina, especialmente de Florianópolis. E precisamos, se for da conveniência regimental, registrar em ata o pronunciamento de v.exa. para que possamos enviar ao ex-vereador, ex-prefeito, ex-deputado e exemplo de homem público que é Aloísio Piazza o registro feito nesta Casa de quanto ele engrandece a história dos florianopolitanos e da política de Santa Catarina.

Parabenizo v.exa. e, dessa forma, parabenizo esse PMDB histórico, que tanta contribuição deu para a democracia do país.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Ainda quero dizer a v.exa. que fui eleito prefeito de Florianópolis com a participação do seu partido, o PCdoB. Eu tenho uma foto histórica sendo carregado pelo povo, em Florianópolis, com duas bandeiras: a do meu partido e a do PCdoB.

Mas Piazza, além dessa vinculação com a vida pública desta cidade, fez o partido num momento difícil. Piazza era funcionário público, fiscal da Fazenda. Em 1966, junto com outras figuras importantes na construção do PMDB: Fausco Brasil, que foi deputado estadual nesta Casa, Amauri Cabral Neves, o Avevu, ligado à escola de samba, Saulo Vieira, eu e Murilo Magno Vieira, irmão do deputado Marcos Vieira, construímos o partido no momento mais crítico da vida pública nacional, que foi 1966, dois anos após ter sido implantada a ditadura militar no Brasil.

Mas Piazza também se envolve com questões da cidade. Ele ajudou a criar a Serte, uma entidade espírita no norte da ilha de Santa Catarina, mais precisamente na Cachoeira do Bom Jesus. E lá é feito um trabalho voltado para os idosos carentes, um dos melhores trabalhos no que diz respeito ao tratamento e à assistência dos idosos carentes. Piazza também foi provedor, durante muito tempo, do Hospital de Caridade, primeiro hospital de Santa Catarina, localizado atrás da Assembleia Legislativa, no morro de Florianópolis.

Por isso, quero aproveitar esta oportunidade, sr. presidente, incorporando ao meu pronunciamento o aparte da deputada Angela Albino, para pedir que conste nos Anais desta Casa a íntegra da matéria do jornal *Notícias do Dia* e também para que se faça chegar à casa do companheiro Aloísio Piazza as referências que fizemos nesta Casa a essa brilhante figura pública e humana, que é o meu companheiro de luta Aloísio Piazza.

Eu tive orgulho, volto a reafirmar, a satisfação e o privilégio que poucos tiveram de conviver com Piazza durante dez anos na Câmara Municipal de Florianópolis e depois na vida partidária e social desta cidade.

Por isso, companheiro Aloísio Piazza, se v.exa. estiver me ouvindo, deixo aqui o meu

abraço! V.Exa. é um exemplo de homem público na capital dos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Inserção solicitada pelo deputado

Edison Andrino:

“Político à moda antiga

Exceção. Aloísio Piazza está entre os melhores prefeitos e vereadores que Florianópolis teve.

Não é sempre que se encontra um político que fez amigos em todos os partidos, passou incólume por um campo minado de armadilhas e encerrou a carreira sem nódoas e sem capital além da casa onde mora, dois carros e um sítio assumido como herança. E também sem um curso superior, porque as contingências e a capacidade de trabalho, desde a juventude, foram atropelando todos os planos e forçando uma tomada de decisão atrás da outra.

Aloísio Acácio Piazza, 72 anos, foi o primeiro prefeito de oposição na Capital após décadas de predomínio das oligarquias - leia-se Arena, PDS e PFL - durante e após a ditadura militar. Na condição de presidente da Câmara de Vereadores, cargo que assumiu na manhã do dia 1º de fevereiro de 1985, tomou posse na prefeitura na tarde do mesmo dia, após uma manobra que se aproveitou de um racha na base da situação.

Ele ficou no cargo só até dezembro, elegendo como sucessor o ex-vereador Edison Andrino de Oliveira, mas passou para a história como um mandatário mais preocupado com as questões administrativas do que com as quíazas políticas inerentes ao cargo. Quando assumiu, a prefeitura estava sem merenda escolar e sem crédito na praça. ‘Crédito eu tenho’, garantiu. E foi atrás da extinta LBA e de comerciantes, que lhe franquearam leite, frango e feijão para as escolas municipais.

Longo histórico de voluntariado

Com fortes vínculos na Cachoeira do Bom Jesus, a família de Aloísio Piazza sempre ajudou o asilo de meninos da Serte, participou da Feira da Esperança (onde ainda mantém a famosa tenda árabe) e esteve ligada à Irmandade do Senhor dos Passos e ao Hospital de Caridade. Essa tradição começou quando sua tia Josefina Boiteux cuidava dos portadores de tuberculose, lepra e mal de Chagas no hospital. Piazza já foi provedor da Irmandade e coordenou a reconstrução depois do incêndio que destruiu parte da casa em 1994. ‘Quando saí, o hospital era um dos mais modernos do Estado’, ressalta.

Histórico

Aloísio Acácio Piazza nasceu e se criou na avenida Rio Branco, que ficava quase fora da cidade - a 1,5 km do centro. Para chegar à praça XV de Novembro era preciso passar em frente à Polícia Militar, encurtar o caminho pela rua Deodoro e tornar à esquerda, numa bifurcação que dava acesso também ao Mercado Público, o *shopping center* daqueles anos. Só depois é que foi aberta a avenida Osmar Cunha e o acesso pela atual praça Getúlio Vargas, além das ruas Dom Joaquim e Crispim Mira.

Ali, estava projetada uma via ampla, de 14 metros de largura, que ligaria a Rio Branco e a atual praça dos Bombeiros às avenidas Hercílio Luz e Mauro Ramos. O corredor foi prejudicado porque a Crispim Mira sucumbiu a construções que afunilaram o processo. Mais tarde, o prefeito Osmar Cunha e o governador Celso Ramos urbanizaram aquela

parte da cidade, abrindo caminho para a atual avenida Beira-Mar Norte.

‘O mar batia ali na rua Frei Caneca, perto do late Clube’, recorda o ex-vereador e ex-prefeito, que mora na Agrônômica desde que casou, há 48 anos. ‘Jogávamos bola no antigo Abrigo de Menores, que tinha quatro campos de futebol sempre cheios de atletas nos fins de semana’.[sic]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, minha saudação a todos aqui presentes, muito fraternalmente à categoria das assistentes sociais que estão conosco na tarde de hoje.

Eu tive a alegria, quando fui vereadora, de participar de uma briga - e a Beth Baía está presente aqui conosco - grande das assistentes sociais e das psicólogas, para que pudessem efetivar melhores condições de trabalho para as assistentes sociais.

Gostaria de registrar a presença dos meus amigos de longa data do Sindiprevs, a Vera, o Valmir e todos os integrantes do Conselho Regional de Assistência Social. O nosso grande abraço a todos.

Deputada Ana Paula Lima, através de v.exa. as assistentes sociais ocuparão a tribuna desta Casa, e espero que possamos aprovar a moção da Assembleia Legislativa pedindo ao governo do estado e ao governo federal que cumpra a legislação federal, que é uma obrigação, como já foi no caso dos professores estaduais, e todos acompanharam, quando os profissionais da Educação passaram mais de 60 dias apenas pedindo que se cumprisse a lei. Lamento que isso precise ser feito. Mas saúdo cada um de vocês, porque é a nossa disposição para a luta que constrói a história; as 30 horas não vieram de graça e a implantação efetiva delas também vai demandar outros momentos como este e tenho certeza de que esta Casa estará à disposição.

Permitam-me mencionar, já que esta imensa categoria é de mulheres, outra de nós, a catarinense Anita Garibaldi, que deu um exemplo substancial para a história do mundo.

Esta deputada, Valmir e Vera, do campo dos revolucionários... Desejamos construir um novo mundo. Sabemos que Anita Garibaldi conciliou como ninguém o amor pela causa e pelo seu grande amor, Giuseppe Garibaldi, que a levou a ganhar esse título que só ela tem: Heroína de dois Mundos.

Santa Catarina saúda muito pouco a sua heroína. Aliás, o Brasil esconde muito a história das mulheres, como se ela tivesse sido construída apenas pelos homens. Mas homens e mulheres lutaram para a democratização do nosso país. A redemocratização do Brasil contou com a presença efetiva das mulheres, com sua disposição e bravura, como a da abolição da escravatura. E em todas as grandes lutas do país as mulheres estão presentes, mas muito pouco visibilizadas.

Na lembrança de Anita Garibaldi, aprovamos na Assembleia Legislativa a juntada do ofício desta Casa ao projeto de lei do Senado de 2007, que pretende registrar Anita Garibaldi no livro dos heróis da nação. Não sabia que para o nome de um herói ficar registrado no livro teria que ser assim de maneira tão formal, tão institucionalizada. Mas todos os heróis que aprendemos que assim o são, como Duque de Caxias, Floriano Peixoto, enfim, todos os grandes heróis da história do

Brasil estão inscritos, através de projeto de lei do Senado Federal, num grande livro físico, no qual se inscrevem mediante aprovação de lei.

Quero dizer que não há nenhuma mulher heroína inscrita no livro dos heróis da nação. E Anita Garibaldi pode ser a primeira mulher a ter o seu nome registrado. E agora terá que passar a ser chamado de livro dos heróis e das heroínas, quer dizer, fazer a flexão de gênero. Esta Casa deu sua contribuição, mas ainda muito modestamente tratamos desse assunto, que é uma parte tão importante da história do povo catarinense e da história de quem luta e quem deseja como nós, mulheres, levar os nossos amores todos juntos, o amor pela causa, pelos nossos filhos, netos, companheiros, não abrir mão de nenhum desses amores. E com essa tarefa gigantesca que as mulheres se dispõem a fazer, encontram em Anita Garibaldi uma grande expressão.

Menciono também com muita alegria a conversa que tivemos, o deputado Darci de Matos e eu, com outra grande mulher, a procuradora Priscila Linhares Albino que infelizmente não é minha parente, mas que desempenha um grande papel no combate à pedofilia no nosso estado. Na semana passada ela foi a protagonista nesta Casa do lançamento do projeto da Navegação Segura, que nasce com o projeto de lei de autoria do deputado Darci de Matos, que é o desejo de ver essa porta de entrada do contato do pedófilo com as nossas crianças com mais regulamentação, para que possamos ter mais controle sobre isso. Mas ainda nos falta o grande instrumento de combate à pedofilia, que é o Disque Denúncia, outro projeto que também está tramitando nesta Casa. No momento ele está no gabinete de um parlamentar, e estamos conversando para poder destravá-lo o mais rápido possível.

Vejam a importância do Disque 100 que recebe denúncias de violência doméstica contra as mulheres, idosos, adolescentes, crianças, enfim, toda denúncia vinculada à violência, até violência sexual. É centralizado em Brasília e já não dá mais conta, porque atende a todo o Brasil. E o apelo que se faz ao governo do estado é que possa se sensibilizar com essa causa, com essa realidade que nos trouxe o Disque 100, importante instrumento de denúncia, mas que atrasou significativamente a ação pública num caso como esse. Inclusive, a promotora mencionava, em uma reunião, que antes em três dias conseguiam ter contato com as crianças, deputado Dóia Guglielmi, e agora levam três meses.

Então, v.exas. imaginem uma criança vítima de abuso sexual, geralmente no âmbito da família, que somente depois de três meses é que tem acionada essa denúncia. Hoje, a promotora nos mencionava alguns casos, especialmente quando estava atuando no interior do estado, de causar comoção na alma mais dura. Por isso, precisamos ter o empenho da Assembleia Legislativa.

Vamos instalar a CPI da Pedofilia, e já temos 16 das 14 assinaturas necessárias. Inclusive, todos os parlamentares com quem conversamos na Casa subscreveram o pedido. Enfim, depois de muitos anos esta Casa vai ter uma CPI para investigar as redes de pedofilia que atuam em Santa Catarina, que se constituem numa tragédia geralmente no ambiente doméstico, repito, uma tragédia silenciosa que precisamos conhecer.

Quanto ao relato da promotora, comove-nos ouvir dizer que em algumas regiões

mais distantes do nosso estado, onde alguns pais se sentem no direito da iniciação sexual de suas filhas, eles dizem isso abertamente para as filhas. E isso é uma realidade que precisamos tratar, trazer à luz, para que as pessoas saibam e que as crianças especialmente também possam saber que aqui na Assembleia Legislativa vão encontrar amparo.

Com o programa com os quais esta Casa foi parceira, onde temos o Projeto da Navegação Segura e de Combate à Pedofilia, a idéia é trabalhar a questão da prevenção, ou seja, as crianças inclusive compreenderem que isso é violência.

Um dos casos que foi relatado hoje para nós é o de uma menina de 11 anos que tinha um namorado de quase 50 anos. E essa menina ainda dizia: "Ele é meu namorado e trata-me com carinho". Esta menina não tinha noção do que estava vivendo.

Por isso, precisamos especialmente levar tratamento para esses homens que praticam esse tipo de ação, que deixam marcas profundas nas vítimas; temos que tratar essas pessoas, porque elas costumam ter um comportamento de repetição. Assim como acontece na violência doméstica, em que o agressor quando se separa da mulher agredida repete a violência contra a parceira, também os pedófilos costumam reproduzir esse comportamento tão logo não estejam sob os olhos, sob a tutela da lei.

Portanto, a Assembleia Legislativa está engajada nesse debate, está preocupada com o tema. Temos outros parlamentares, e já citamos hoje o nome de alguns colegas, por exemplo, o do deputado Maurício Eskudlark, que é ligado à Polícia, a deputada Ana Paula Lima, que tem longa trajetória nessa discussão de infância e juventude, para que juntos possamos tratar desse assunto. E aproveito a presença do CRESS para ter como parceiro dessa discussão que a Assembleia Legislativa trava, pois certamente precisaremos do apoio e da luta dos assistentes sociais, para nos dizer qual o melhor caminho a trilhar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro de Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, presidente deputado Nilson Gonçalves. Quero cumprimentar a deputada Angela Albino pelo pronunciamento sobre a questão da pedofilia, tendo em vista que como médico já tive situação extremamente contundente na minha vida profissional, deputada Ana Paula Lima, quando estava de plantão numa emergência de um pronto socorro e atendi a um garoto de 11 anos que havia sido estupro. Depois, prenderam o cidadão que havia cometido o ato e levaram-no ao hospital para o reconhecimento, numa falta de preparação da própria Polícia. E no pronto-socorro a criança teve o trauma pela segunda vez ao reconhecer o criminoso.

Então, esta Assembleia cumpre com o seu papel num momento importante neste contexto.

Quero cumprimentar os assistentes sociais. A lei foi feita para ser cumprida.

Neste país, arrumam-se caminhos e percalços para não a cumprir. Assim, como nesta Assembleia muitas delas não o foram. E gradativamente corrigem-se caminhos. Por isso

quero parabenizar o juiz de direito Hélio do Vale Pereira pelo bellissimo parecer jurídico sobre a Procuradoria desta Casa, as consultorias e os salários que os procuradores recebiam sem ser.

O pessoal desta Casa sabe que retornei da China e amanhã vou falar sobre isso, porque não tenho o menor problema em assumir e divulgar as minhas atividades, onde fui, o que fiz e o que trago. E se precisar ir de novo, eu vou. Não tenho o menor problema e constrangimento em dizer isso.

Neste momento quero parabenizar o sindicato dos servidores públicos por essa ação, que a nossa bancada iria dar entrada, uma ação popular. E o nosso companheiro prefeito Zezé, de Chapadão do Lageado, sabe como é difícil tocar um município pequeno. E, nesta Casa, era um tal de criar artimanhas e artigos para fazer alguém do dia para a noite virar procurador sem nunca ter sido, recebendo os provimentos de tal, sem na prática terem direito. E estamos vendo que gradativamente esta Assembleia está dando o orgulho merecido no reconhecimento das ações efetivas que administrativamente têm que ser tomadas.

Quero apresentar uma moção parabenizando o juiz Hélio do Valle Pereira, porque desde 1992 criou-se a artimanha de fazer uma sessão para "parecistas", figuras que davam parecer, intitulando-se procuradores, com o salário de R\$ 24.000,00, mas sem ter feito concurso - procuradores jurídicos, financeiros e não sei mais o quê. E esse juiz, nessa ação popular, deu esse um parecer nota 13, que começa assim:

(Passa a ler.)

"1. Quando eu estudava português na Universidade de Colúmbia, no verão de 1963, nossa classe foi solicitada a decorar alguns diálogos que refletiam situações da vida diária no Brasil. Um deles era mais ou menos assim - João: 'Pedro, eu soube que você arrumou emprego no Ministério da Fazenda'. Pedro - 'É verdade, meu cunhado agora é subsecretário'. Essa franca admissão de nepotismo provocou gargalhadas entre os alunos americanos, mas a excelente professora brasileira do curso não via nada de engraçado naquilo. De que outra maneira se poderia conseguir emprego no Ministério da Fazenda?..."[sic]

O nepotismo foi construído historicamente nesta Casa, deputado Reno Caramori, pois pai colocou filho, sogra, mãe e esposa, só não colocou o cachorro porque ele não sabe falar.

Ao mesmo tempo, ele fala:

(Continua lendo.)

"2. Esta ação popular questiona provimento de cargos e especialmente a remuneração de consultores especiais e de procuradores da Assembleia Legislativa.

[...]

4. Na origem, havia a Resolução 40/92, que criou um 'novo Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa'. Em síntese, existia distinção entre procuradores, atividades de nível superior, atividades de nível médio e atividades auxiliares. Apesar da nomenclatura quanto ao primeiro grupo, incluíam-se não apenas servidores com atribuições jurídicas, mas também de finanças e também assessores legislativos. Essencial ainda ter presente que o acesso ao cargo de procurador (bem como aos demais) se dava por 'acesso', é dizer, o provimento ocorria com uma ascensão na carreira..."[sic]

Eu estou falando isso, porque esta Casa estabeleceu uma definição para teto salarial. Só faltava esse quesito para ser resolvido. E agora sai esse parecer brilhante desse juiz.

Ao mesmo tempo, ele coloca:

(Continua lendo.)

"O Tribunal de Justiça de Santa Catarina disse que consultores não poderiam ser tratados como procuradores. O que se fez? Editou-se uma sucessão de normas para lhes conferir prerrogativas de antes. A eles foram delegadas as mesmas atribuições do outro cargo, foram lotados na Procuradoria, poderiam representar a Assembleia judicial e extrajudicialmente. Chegou-se a um requinte: outorgou-se gratificação específica. Além disso, criaram-se, por transformação, cargos de consultores especiais, que alcançaram o mesmo padrão de vencimentos dos procuradores. Na prática, portanto, é como se eles estivessem na mesma função pretérita..."[sic]

Então, vejo que esse parecer, uma peça literária jurídica eu diria, ajuda a corrigir distorções desta Casa, basicamente colocando tudo no seu devido caminho.

Também diz:

(Continua lendo.)

"É tão reprovável a conduta que viola diretamente a lei quanto aquela que, respeitando-a, usa de maquinação, para que ela não incida; transgride a lei, com a própria lei'.

[...]

Seguidos iguais princípios não é constitucional a transformação de cargos de consultores em consultores especiais..."[sic]

Mais à frente lemos: "o senso corporativista e o apelo à condição funcional mais benéfica adquirida desafiando a Constituição, violando os princípios da isonomia, da legalidade e da publicidade somente pôde ser mantida com o desrespeito à decisão do TJSC na Adin n. 2006.012556-8. Assim sendo, sem terem sido investidos na forma prevista no art. 37, II, da Constituição e sem disporem da nomenclatura de Procurador, ocupam um cargo que pertence ao mesmo Grupo de Atividades e remuneração daquele que por decisão judicial estão impedidos de assumir, na forma prevista na Resolução n. 002/2006'(fls. 10)." [sic]

Então, retorno fazendo esse levantamento, porque, como tenho dito, manifestar-me-ia sobre essas ações nesta tribuna. E sem o menor prurido em relação à ameaça de qualquer um que vier.

Isso nos realiza. A nossa bancada, que estava tomando essa luta e que tocava essa ação também se sente contemplada com o parecer do juiz de Direito, dr. Hélio do Valle Pereira, que além de resgatar esse momento histórico restabelece ordem, restabelece princípios contra os grilhões do corporativismo do altar de cima, porque no debaixo não havia.

Quero terminar o meu pronunciamento dizendo que leis são para serem cumpridas, principalmente as boas, porque algumas precisamos questionar. Mas precisamos mudá-las democraticamente no convencimento e no voto, pois isso é que faz da democracia um sistema forte de representação pública.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador

inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados assistentes, gostaria de cumprimentar especialmente as pessoas que estão presentes aqui no dia nacional de luta pelas 30 horas semanais, do Conselho Federal de Serviço Social, do pessoal deste estado, os assistentes sociais.

Quero dizer efetivamente que se há uma lei do estado estabelecendo uma determinada jornada, esta deve ser cumprida. Os órgãos devem providenciar o quanto antes buscar uma conversação, uma negociação com as entidades de classe, suas representações, sindicatos, associações, para estabelecer essa jornada.

Portanto, é justo o manifesto, e queremos cumprimentar todos.

(Manifestações das galerias)

Sr. presidente e srs. deputados, no mês de junho ocorreu, no *hall* desta Assembleia Legislativa, o lançamento da chamada Expo Concórdia. E no mês de julho aconteceu esse evento no município de Concórdia, que foi uma das maiores feiras já realizadas no oeste de Santa Catarina. Aliás, falando em feira, hoje mesmo ocorrerá no *hall* desta Casa o lançamento da Efapi, uma grande feira, talvez a maior feira do oeste de Santa Catarina, deputado Mauro de Nadal, que acontece em Chapecó, para a qual já queremos desejar êxito. Mas eu volto a falar da Expo Concórdia.

Dissemos naquela ocasião que seria feito um relatório, inclusive, relativo a emissão de gases, ao efeito estufa, porque era uma das primeiras exposições no Brasil, como falamos na linguagem popular, ecologicamente correta.

Esse evento, que foi de grande sucesso, efetivamente aconteceu e dele saiu o relatório sobre a emissão de gases, demonstrando o impacto ambiental, porque todas as ações foram desenvolvidas no sentido de que houvesse o menor impacto ambiental possível. Evidentemente, sempre há um residual.

Esse relatório, elaborado por uma entidade contratada pela exposição, mostra o inventário da contabilização dos gases com relação ao efeito estufa desse período. E nele está incluída a queima de combustíveis em equipamentos móveis, como veículos de transportes para a realização do evento, desde caminhões, retroescavadeiras, enfim, todos os carros utilizados para a preparação do parque, até os veículos particulares que para lá se deslocaram, o transporte coletivo utilizado, bem como os rejeitos orgânicos e até mesmo o gás de efeito estufa liberado em função dos aviões que se deslocaram levando as bandas, o pessoal dos *shows* e das outras locações necessárias para a Expo Concórdia. Tudo isso foi quantificado, e o total de emissões de CO² nesse evento foi 183 toneladas.

Uma das modalidades previstas no Protocolo de Kyoto, como mecanismo de desenvolvimento limpo, para abranger o efeito estufa em longo prazo, é o plantio de florestas. O restauro da mata ciliar nativa é estratégico e traz uma série de benefícios.

Sendo assim, esse relatório recomenda o plantio de 1.139 árvores para que haja a compensação após 20 anos da emissão, através da incorporação de CO² nos materiais renováveis. Portanto, sr. presidente e srs. deputados, como presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente, como ex-prefeito

da querida cidade de Concórdia, trago esses dados para demonstrar a importância de cuidarmos bem do meio ambiente inclusive nesses eventos.

Não é preciso deixar de fazer os eventos. Os eventos são importantes e necessários. Precisa-se é tomar as precauções sob o ponto de vista ambiental, como ocorreu na Expo Concórdia, quantificando qual foi a emissão de gases de efeito estufa e promovendo a compensação.

A administração municipal está tomando as providências para essa compensação e fará o plantio dessas árvores. E não poderíamos, portanto, deixar de trazer esse exemplo à tribuna da Assembleia Legislativa. Os bons exemplos que são praticados em Santa Catarina devem ser trazidos.

Fica essa sugestão para que isso aconteça também em outros eventos. Não sei se isso está sendo pensado com relação à Efapi 2011, que será lançada hoje, que é um grande evento. Se tudo correr bem, lá estaremos também para prestigiar. Mas fica a sugestão para que sigam o exemplo do que foi feito na Expo Concórdia, que possam procurar fazer o máximo possível de ações e tomar medidas para evitar agressões ao meio ambiente. E aquelas agressões que porventura forem residuais e inevitáveis, que sejam compensadas. Nesse caso, conforme o relatório, a compensação será dada através do plantio das árvores, conforme a quantificação do relatório apresentado.

Era essa a nossa manifestação, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

(Pausa)

Na ausência de representante do PDT, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL, da Rádio Alesc Digital, que participam da nossa sessão, na tarde de hoje, trago, deputado Edison Andriano, uma informação acerca da primeira reunião que participamos do grupo de trabalho constituído - um compromisso do governador Raimundo Colombo - para tratar das questões do Magistério, conforme havia sido acertado por ocasião da votação do projeto.

Naquela oportunidade, o governo se comprometeu a constituir esse grupo com quatro representantes do sindicato, quatro representantes do governo do estado. E fomos designados para representar o Parlamento. Mas a decisão do grupo de trabalho não terá nenhum parecer conclusivo. Ele é sugestivo, uma vez que cabe ao governo acolher as sugestões que forem apresentadas e a esta Assembleia, depois, deputado Reno Caramori, votar a decisão final.

Por isso, estamos lá, deputado Ismael dos Santos, na condição de representante deste Poder, para acompanhar todo o processo de discussão.

Três itens haviam sido compromissados, e foram reiterados os compromissos com a priorização, deputado Padre Pedro Baldissera.

O primeiro item é priorizar e tratar rapidamente o reajustamento do vale alimentação congelado há dez anos. Isso é inaceitável, pois desde que foi instituído em 2001, deputado Mauro de Nadal, não teve nenhum reajuste nesse período, continuam R\$ 6,00 por dia. Há dez anos isso dava para comprar um bom prato feito e até um refrigerante. Mas hoje é chamado vale coxinha, porque dá mal para uma coxinha e um Q-suco, aquele de pacotinho. Então, é preciso reajustar imediatamente o vale alimentação para garantir um almoço digno não só para o professor, mas para o servidor público.

O segundo item é a reavaliação da lei dos ACTs, e depois vem a recomposição da carreira por conta dessa descompactação que é necessária.

Eu achei a reunião, deputado Neodi Saretta, muito produtiva. A verdade é que não entendemos o questionamento de uma diligente sindical, aquela mais radical de todas, deputada Angela Albino, que tentou 200 eleições e nunca ganhou nenhuma, que sempre tocou a tropa em todas as eleições que disputou e diz-se representante do povo. Ela estava lá de novo e questionava a nossa presença.

Estou aqui legitimado como o 11º entre os 40 deputados e com o respaldo de quase 50 mil eleitores e fui devidamente designado como representante deste Poder. Portanto, estava lá legitimamente. E ela, no início, quis questionar até a minha presença, não compreendendo o objetivo de eu estar representando um Poder que vai votar em última análise aquilo que for discutido lá. E o propósito é esse, porque eu sou de carreira e tive nesse processo a oportunidade de construir, sim, de propor emendas que foram aprovadas, de suprimir artigos e de produzir avanços, porque se mais não foi produzido, deputado Ismael dos Santos, não foi porque o governo Raimundo Colombo não quis.

Cobro muito a coerência no discurso e na prática porque vi neste final de semana a situação constrangedora que vive o governador Tarso Genro, no Rio Grande do Sul, que prometeu durante a campanha retirar a ação que a governadora Yeda Crusius, do PSDB, havia proposto para não pagar o piso. O Tarso Genro disse que, se eleito governador fosse, retiraria a ação. Ele até pediu a retirada, mas não deu tempo, pois a ação foi julgada, e o Supremo mandou pagar. E agora o Tarso Genro disse que não vai pagar. Na campanha ele disse que iria retirar a ação para pagar o piso e agora disse que não vai pagar além do piso, porque se pagar quebra o estado do Rio Grande do Sul.

Então, vejam que situação constrangedora! O governador fez a sua campanha em cima disso, prometeu retirar a ação e agora, que foi julgada, diz que não vai pagar. Uma batalha judicial está começando no Rio Grande do Sul. Recomendo, porque não vai dar tempo, a leitura do jornal *Zero Hora*, do dia 25 de agosto, quinta-feira, em que a principal manchete é: "E agora governador?" Portanto, o jornal *Zero Hora* cobra a diferença da prática do atual governador para com o candidato Tarso Genro, que já foi ministro da Educação, deputado Ismael dos Santos.

E no dia 26 de agosto, sexta-feira, o jornal *Zero Hora* traz a notícia: "Batalha

judicial”, colocando que o sindicato dos professores do Rio Grande do Sul está entrando com uma nova batalha judicial para exigir isso do governador Tarso Genro, que é do mesmo partido e tanto nos acusou na votação de um projeto que concedeu R\$ 40 milhões a mais de incremento neste primeiro ano. E lá o mesmo partido se nega a pagar além do piso. Então, são essas coisas que tenho cobrado com frequência. É necessário coerência no posicionamento.

Eu passei oito anos aqui, deputado Ismael dos Santos, dizendo que aquela política era equivocada. E continuo achando, tanto que agora o governador Raimundo Colombo mandou a primeira proposta de R\$ 14 milhões, e nós dissemos não; então, ele mandou a segunda, de R\$ 17 milhões, e dissemos não. Votamos R\$ 28 milhões a partir de agosto e R\$ 40 milhões a partir de janeiro. E um governo daqueles que tanto nos atacou... E continua nos atacando, principalmente no interior, agora com *outdoor*, como eu vi na sua cidade, deputado Dóia Guglielmi. Aliás, *outdoor* sem assinatura, apócrifo, mas sabemos quem é que está bancando e estimulando.

Aqui tem que pagar, mas na vizinhança do Rio Grande do Sul não, lá fica para a Justiça, e não paga! Então, está na hora de mudar isso. O discurso daqui tem que ser o mesmo para o Rio Grande do Sul, para o Paraná, para a Bahia, ao servidor que está em greve, e temos que produzir avanços. Não dá para pagar tudo de uma vez! O governador Tarso Genro não está emburrando que não quer pagar. Não, é porque ele não pode pagar.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Joares Ponticelli, quero parabenizá-lo pela sua atuação e dizer que, com todo o respeito aos pares, v.exa. representa muito bem o Parlamento, pela sua experiência nesta Casa, como também pela sua experiência no Magistério.

Em relação à questão do acompanhamento dessa adequação do plano de carreira do Magistério, acho que é bom lembrar aos catarinenses, pois eles precisam saber disso, do compromisso desta Casa com o governador de que nenhum professor, em janeiro de 2012, ganhará menos do que 40% de aumento, chegando até a 80%.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - E o que é mais importante, deputado Ismael dos Santos, é que ninguém, a partir de junho, está recebendo menos do que o piso, diferente do Rio Grande do Sul. Aqui, o piso, o mínimo, já está sendo pago para todos, mas lá não! Lá, o governador disse: “Não posso pagar. Vão para a Justiça”. Aquilo que era tão condenado para a ex-governadora Yeda Crusius agora vai se constituir numa nova batalha judicial, que não sabemos se vai durar mais um, cinco ou dez anos.

Então, o que cobro é coerência no posicionamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda no horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero, inicialmente, saudar os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Vou falar rapidamente aqui, deputado Ismael dos Santos, sobre a questão gravíssima e preocupante das drogas em Santa Catarina e no Brasil e a magnífica audiência que v.exa. realizou através do Fórum de Prevenção e Combate às Drogas, na segunda-feira. Mas não posso deixar de fazer menção, sr. presidente, às palavras muito bem colocadas e articuladas pelo líder expressivo do PP de Santa Catarina.

Quero dizer aos telespectadores que em grande número nos acompanham neste momento, deputado Dóia Guglielmi, que fomos ridicularizados, escorraçados e quase apanhamos neste Parlamento alguns dias atrás quando votamos um projeto racional, viável e que dá dignidade aos professores. Por quê? Porque concedemos 5,9% de reajuste àqueles que ganhavam mais e 40% àqueles que ganhavam menos. E em janeiro o que ganha menos ganhará 80% de aumento e o que ganha mais ganhará 40% de aumento.

A bancada do PT falou, discursou, articulou e insuflou e agora o seu governo, na divisa com Santa Catarina, dá um péssimo exemplo, deputados Ismael dos Santos e Joares Ponticelli, ao seu partido e ao Brasil, porque não está cumprindo sequer com o piso. Então, sugiro ao Partido dos Trabalhadores daqui que faça um contato com o PT do Rio Grande do Sul para verificar o que está acontecendo, ou seja, se aqui é uma posição e quando cruza a divisa é outra ou se foi jogo de cena, porque o clima foi muito pesado; fomos injuriados neste Parlamento.

Por isso temos que dizer ao povo catarinense quem tem coerência e quem não tem, quem fala jogando com o público e quem fala a verdade. Nós votamos, assumimos e entendemos que era aquilo que podíamos dar naquele momento. Mas estamos cumprindo o piso, que é lei, que é o mínimo que um governante tem que fazer, que é o que o governador Raimundo Colombo e o secretário Marco Tebaldi estão fazendo, coisa que o governador Tarso Genro, do PT do Rio Grande do Sul, não está cumprindo. Isso tem que ficar consignado desta tribuna.

Sr. presidente, gostaria de parabenizar o deputado Ismael dos Santos, que preside o Fórum de Prevenção e Combate às Drogas, por ter realizado audiências públicas em todo o estado, colhendo proposições, sugestões, conteúdos para apresentar ao governo e dando a contribuição do Parlamento no sentido de que possamos minimizar esse problema que se constitui, no meu entendimento, no grande mal deste século. As drogas são a encruzilhada de nossa juventude.

Ouvindo, ontem, o presidente da comissão Especial de Políticas Públicas, deputado Givaldo Carimbão, do PSB, aprendemos muito. Ele nos passou informações precisas, fundamentais, para serem utilizadas no trabalho do nosso dia a dia, mas são dados que nos deixaram horrorizados, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que fez carreira na Polícia Civil. Disse-nos ele que pesquisas dão conta de que de 0,7% a 1% da população brasileira já está no consumo de *crack*. Traduzindo isso, em Santa Catarina temos, aproximadamente, 50 mil pessoas consumindo *crack*. Quantos estamos tratando? Cinco mil! Então, temos 45 mil pessoas que têm potencialidade para o crime e certamente

vão empilhar as nossas poucas prisões do estado. Temos 12 mil presos em Santa Catarina que custam R\$ 2,5 mil cada um, perfazendo um custo de R\$ 30 milhões por mês e R\$ 360 milhões por ano.

Então, o cenário, os números, as estatísticas são assustadoras, deputado Ismael dos Santos. Todos nós, governo do estado, governos municipais, União, que é encarregada de monitorar as fronteiras, a sociedade civil organizada, enfim, o Parlamento, precisamos fazer uma cruzada definitiva, sólida, no sentido de combater as drogas. Ou encaminhamos os nossos filhos ou os traficantes os encaminham certamente para o mal, para a tragédia, para o cemitério ou para os presídios.

O viciado tem que ser visto como um doente e como tal tem que ser tratado. O SUS precisa assumir essa tarefa, precisa firmar convênios com clínicas, com as poucas clínicas de recuperação de dependentes químicos que temos, muitas mantidas por entidades sociais, por igrejas. Ou fazemos isso ou vamos perder essa batalha para os traficantes.

Para concluir a informação do deputado Givaldo Carimbão, deputado Ismael dos Santos, estamos estrategicamente colocados numa região muito difícil, porque estamos ao lado da Bolívia, que tem 30.000ha de produção de drogas, do Peru, que tem 60.000ha, da Colômbia, que tem 60.000ha, quer dizer, são mil toneladas de drogas por ano que passam em grande parte pelo nosso continente. Isso é um absurdo.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. pela abordagem.

Na sessão de quinta-feira, falei que precisávamos de uma campanha mais agressiva contra as drogas. A campanha contra a Aids mostrava que realmente a falta de cuidados leva à morte. E a campanha contra as drogas parece-me que sempre foi uma campanha mais orientativa, educativa, de forma a não mostrar a realidade do perigo que a droga representa para a nossa sociedade.

Além disso, entendo que esse trabalho deve começar mais cedo. Os educadores, as crianças, a partir dos sete ou oito anos de idade, já devem receber essa advertência. O custo da criminalidade, o custo das drogas, o custo desses doentes para o estado, para a união é muito grande.

Vejo que o estado como um todo, estado, união e município, deve estudar uma nova abordagem, leis rigorosas para o combate ao tráfico, um tratamento e uma prevenção mais adequada, neste momento, para a sociedade brasileira.

Então, parabenizo v.exa.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado.

Quero concluir dizendo que neste momento, deputado Ismael dos Santos, é fundamental que todas as forças vivas se articulem e possamos trabalhar contra as drogas, mas a família tem que fazer o seu dever de casa.

No programa *Fantástico*, no domingo, certamente ficamos todos assustados, pois vimos adolescentes agredindo professor, diretor, o *bullying* aumentando assustadoramente, e as mães, em vez de procurar orientar e recuperar os seus filhos,

atacam-se mutuamente nas escolas, provocando cenas assustadoras e vergonhosas que nos dão conta de que enquanto houver a desintegração da família estaremos perdendo pontos no trabalho contra o tráfico.

Sr. presidente, quero encerrar dizendo que concordo com as 30 horas do projeto das assistentes sociais de Santa Catarina, como também dos fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, porque somente assim poderão integrar o programa de saúde da família em Santa Catarina e no Brasil. A causa é justa.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Muitas vezes nesta tribuna, sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, o embate é intenso e com conquistas, com avanços positivos para a comunidade catarinense. Muitas alegrias e às vezes alguns incômodos também surgem no decorrer da nossa caminhada, mas também são abertos espaços para momentos de extrema tristeza, a exemplo do que aconteceu ontem com o passamento do ex-prefeito do município de Modelo, Carmelito Maldaner, irmão do senador Casildo Maldaner e do deputado federal Celso Maldaner. Uma pessoa com um carinho muito grande por toda a comunidade oestina, que tem deixado a sua marca de honestidade, de seriedade, de afinidade com as prioridades de sua gente e de seu município quando lá exerceu, por duas oportunidades, o mandato de prefeito municipal.

Em nome da bancada do PMDB, gostaríamos de externar publicamente os nossos sentimentos pela morte dessa pessoa tão querida não apenas para o partido PMDB, mas todo o nosso oeste catarinense, família essa que tem marcado a história política de nosso estado por ações que vão ao encontro da esperança do povo que vive em nossos pequenos municípios.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Mauro de Nadal, além de me associar à manifestação de v.exa., quero registrar que neste final de semana eu e o deputado José Nei Ascari fizemos um requerimento pelo falecimento do presidente do PMDB, do município de Tubarão, o empresário Túlio Zumblick, uma figura reconhecida por toda a comunidade tubaronense. Infelizmente, não tivemos tempo de comunicar esse acontecimento a todas as lideranças, mas mesmo assim tivemos uma manifestação muito grande da comunidade regional.

Também quero registrar o passamento, neste final de semana, de Amadio Vettoretti, que era um grande historiador da cidade.

Por fim, aproveitando os últimos segundos, quero me desculpar por ter chegado do plenário com um assunto que já havia programado, não conhecia o pleito, e de público me manifestar favoravelmente ao pleito. É lei e ela tem que ser cumprida. Lei não tem que ser discutida, lei tem que ser cumprida. Mas quero cumprimentar os assistentes sociais.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Incorporo o seu aparte, deputado Joares Ponticelli, à minha manifestação. Mas quero solidarizar-me com o Conselho Federal de Serviço Social, de uma forma toda especial com os assistentes sociais que estão aqui, na tarde de hoje, pelo cumprimento da carga horária de 30 horas semanais, seis horas diárias.

Sabemos que não é fácil chegar até o momento da concretização e da aprovação de uma legislação que passa a reger a nossa forma de trabalho. E tão logo ela seja aprovada e entre em vigor, teremos um percalço maior que é colocá-la em prática.

Então, quero me solidarizar a vocês por essa luta travada e por essa conquista que é meritória e que acredito que melhorará significativamente o trabalho do assistente social, não apenas daqueles que vão prestar serviço paralelo ao CFSS, como de toda a comunidade deste país.

A nossa bancada, a grande maioria, está solidária às suas reivindicações.

(Palmas das galerias)

Tivemos, sr. presidente, neste início de semana, notícias não muito agradáveis vindas do extremo oeste catarinense, em que vários municípios foram acometidos pelas intempéries, sendo que desta vez vários deles sofreram o impacto do granizo.

Então, vários municípios do extremo oeste estão com danos enormes, de alta monta, mas os prefeitos e lideranças estão-se empenhando para socorrer essas famílias que estão com esses problemas, muitas delas com as suas casas com destelhamento, a exemplo do que podemos citar no município de São José do Cedro, em que 100% da cidade foi danificada, do município de Irtati, do município de Formosa do Sul, onde 100% das propriedades sofreram com o impacto da chuva de granizo.

Então, pedimos, de uma forma toda especial, à Defesa Civil do estado de Santa Catarina que agilize ao máximo as atividades, concentrando forças naquela região, até porque sabemos que o prejuízo não é somente financeiro, como também conforto às famílias, deixando todas as suas atribuições para simplesmente socorrer esses dez, 12 municípios do extremo oeste catarinense.

Acredito que o secretário geral, Geraldo Althoff, irá dar uma atenção toda especial à região, mas chamamos a atenção de toda a força organizada, que trata do socorro nesses casos emergenciais, no sentido de fazer o possível para atender bem àquela região.

Estivemos, na semana que passou, mais precisamente na sexta-feira, trabalhando com os municípios da região de Araranguá, a associação dos municípios que comporta Araranguá, e mais 14 municípios, discutindo assuntos pertinentes ao fórum dos hospitais dos pequenos municípios. E para surpresa de todos nós que estivemos lá - e esteve conosco o nosso presidente da comissão de Saúde, deputado Volnei Morastoni -, todos os administradores hospitalares estiveram presentes debatendo o tema. Além deles, também estiveram presentes os prefeitos dos municípios e lideranças, dada a importância que o tema vem representando e com os olhos voltados a encontrar uma solução que torne viável abrir as portas e atender às pessoas nos municípios por esses pequenos hospitais.

Por incrível que pareça, a espontaneidade com que os administradores hospitalares trouxeram as suas problemáticas, a espontaneidade com que eles relataram o que passaram no fim do mês para conseguir pagar a folha de pagamento dos seus funcionários foi algo que nos emocionou.

Tivemos o exemplo de um hospital que, no nosso entender... Já passamos pela Regional do extremo oeste, da Ameosc, já passamos pelo alto vale e estivemos agora em Araranguá e não tínhamos presenciado subterfúgios dessa forma, no intuito de arrecadar fundos. Lá os administradores hospitalares, além de fazer rifa, festa e jantares, estão vendendo latinhas para conseguir chegar ao final do mês e honrar os compromissos dos seus hospitais. Então, imaginem o malabarismo que esses administradores hospitalares estão fazendo para cumprir a sua atividade, que é prestar saúde para o povo de Santa Catarina. Não podemos ver que as pessoas que estão diretamente envolvidas no trato do ser humano tenham que encontrar alternativas dessa natureza para atender às pessoas, para cuidar daquilo que é o mais essencial que temos, que é a nossa vida.

Por isso, conclamamos, naquela oportunidade, todas as pessoas que estiveram presentes naquela reunião do fórum para que se esforçassem ao máximo para buscar as assinaturas. E o abaixo-assinado que deflagramos, através do nosso gabinete, na semana que passou, tem por objetivo exclusivo a votação da regulamentação da Emenda Constitucional n. 29 e o reajustamento da tabela do SUS. Eu tenho absoluta certeza de que sem esses dois avanços não vamos conseguir dar um passo ao encontro de resolver as dificuldades que esses hospitais estão enfrentando.

Além disso, estamos tentando conseguir, juntamente com os deputados que fazem parte da comissão de Saúde, uma alternativa para também sensibilizar o nosso governo do estado de Santa Catarina para que essa verba que será arrecadada através do Revigorar III seja utilizada não somente para cirurgias eletivas, mas também para socorrer os hospitais que estão enfrentando uma dificuldade financeira enorme.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu querido companheiro, deputado Mauro de Nadal, parabéns, mais uma vez, pelo brilhante trabalho que v.exa. está fazendo à frente do Fórum dos Pequenos Hospitais, percorrendo o estado - e estamos juntos nessa maratona.

Mas as audiências de São Miguel d'Oeste, Ituporanga e Araranguá já nos demonstraram que, enquanto vamos concentrar esforços nacionais para a regulamentação da Emenda Constitucional n. 29, que poderá acrescentar mais de R\$ 60 bilhões por ano na saúde - e aí todo o realinhamento das defasagens da tabela do SUS e tudo mais que será compartilhado com os estados e municípios -, vamos, ao final, apresentar ao governador uma proposta. E com os recursos do Revigorar III temos que encontrar uma forma imediata de poder ajudar o custeio de todos os hospitais. Mas muito especialmente estamos falando aqui dos pequenos hospitais do nosso estado. Então, o governo do estado também terá que vir em socorro não só com

investimentos, mas com o custeio dos pequenos hospitais.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Incorporo o seu aparte, deputado Volnei Morastoni, ao meu pronunciamento.

Um dado também nos chamou a atenção naquela região. E, através da Associação de Hospitais do Estado de Santa Catarina, temos alguns índices que acompanham região por região. E percebemos que o índice de leitos hospitalares por mil habitantes está na casa de 2,3, enquanto que o mínimo da média são 2,5. Portanto, estão abaixo! Mas, para surpresa nossa, todos os hospitais possuem leitos vagos. Então, o que está faltando naquela região? Está faltando o vocacionamento desses hospitais para atender a determinadas especialidades para que, com isso, possam agregar alguns pacientes que vêm de outros municípios, de outras regiões, para otimizar melhor toda aquela estrutura que lá se encontra.

Então, com base em todo esse apanhado que estamos fazendo no estado de Santa Catarina, iremos, através dessa radiografia, oferecer algumas alternativas também para essa área do vocacionamento dos nossos hospitais.

Nobres pares, acima de tudo, cabe ressaltar que o Fórum dos Hospitais dos Pequenos Municípios tem como meta o final do mês de setembro para conseguir apresentar o primeiro esboço de trabalho junto ao governo do estado de Santa Catarina. E para conseguir compor toda essa gama de informações, ainda realizaremos, no dia 23, uma importante reunião reunindo duas associações de municípios, no município de Chapecó, na associação da Amosc. E iremos também, até o final do mês, para o norte do estado, a pedido de alguns administradores hospitalares daquela região.

Era isso o que tinha a dizer hoje, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Solicito ao deputado Reno Caramori que assuma a Presidência para que eu possa utilizar a tribuna no horário do partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, prestei bastante atenção na fala do professor e deputado Joares Ponticelli, quando se referiu à avalanche de acusações em cima da sua pessoa. E o deputado professor deve saber que os demais parceiros seus também estão passando mais ou menos por isso.

Há pouco, no almoço da bancada do PSDB, o deputado Dado Cherem, nosso líder, mostrou-nos uma fotografia que recebeu pela internet, em que havia dizeres chamando-o textualmente de ladrão. E o deputado Dado Cherem disse que está encaminhando essa fotografia para o departamento jurídico para processar o autor da foto. É uma foto grande e abaixo dela colocaram alguns dizeres chamando o deputado Dado Cherem de ladrão pelo fato de ter aprovado o aumento para os professores.

No interior do estado, no norte, tanto eu como o deputado Darci de Matos e o

deputado Kennedy Nunes também estamos sofrendo o mesmo que os demais deputados em outras regiões estão sofrendo, ou seja, acusações de canalha, safado, vagabundo e por aí afora. Esses são os elogios que temos recebido por conta desse trabalho que foi feito aqui com muita seriedade e responsabilidade, dentro dos parâmetros financeiros do governo. E estamos pagando por isso.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Nilson Gonçalves, o que me conforta é que muitas dessas manifestações não são de professores, até porque, pelos erros de português de algumas mensagens que recebemos, não acredito que aquilo possa ter vindo de algum professor. Segundo, pelo baixo calão, também não é coisa de professor. Eu sou professor de carreira, e há termos de baixo calão, inverdades, demagogias, usando criancinhas para vender mentiras.

Infelizmente, o governo foi incompetente na comunicação, deputado Nilson Gonçalves, e temos que reconhecer isso. Mas o fato é que neste mês de agosto serão R\$ 28 milhões de incremento. Uma folha que custava R\$ 123 milhões por mês agora terá mais R\$ 28 milhões, a partir de agosto, por mês. E a partir de janeiro terá mais R\$ 40 milhões por mês. Nenhum governo no Brasil fez isso, deputado Nilson Gonçalves!

No Rio Grande do Sul, da companheirada, como eu lembrei há pouco, o governo entrou novamente na Justiça para não pagar. E vejam que o atual governador foi ministro da Justiça.

Então, se não contestarmos isso, a mentira vai prevalecer e virar verdade.

Por isso, deputado Nilson Gonçalves, vou trazer isso, diariamente, porque lá no grupo de trabalho, ao qual fomos na quarta-feira, e no dia 12 vamos voltar à reunião, o governo está demonstrando a responsabilidade e a sensibilidade, diferente do que se demonstra no Rio Grande do Sul.

Parabéns a v.exa. pela manifestação!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Mudando o foco do assunto, quero dizer que o deputado Darci de Matos falou com muita propriedade em relação ao problema das drogas que estamos vivendo. E considero que o principal e o mais sério problema que o país enfrenta neste momento é o das drogas. E há uma contabilidade. São cerca de cinco milhões de jovens viciados em crack. E há mais alguns milhões encaminhados para a cocaína e também para o *oxi*. É toda uma geração, praticamente, que está quase sendo dizimada por conta das drogas, e alguma coisa há que ser feita.

A nossa preocupação é que as leis estão frouxas demais. A impunidade está fazendo com que haja um incremento cada vez maior no consumo e na venda de drogas neste país. Inclusive, existe um estudo - e não sei se já é lei e se já está em vigor - em andamento de que se o elemento for pego com uma determinada quantidade de drogas e entenda-se que essa quantidade de drogas é para o consumo de até dez dias, parte-se do princípio de que ele consome uma porção "x" e que essa porção "x" dá para dez dias. Aí ele não é acusado de traficante e não entra naquele patamar do Código Penal de traficante. Ele passa como consumidor e, como consumidor,

tem outro tratamento e muito provavelmente não irá preso.

Se isso se consumir, vai ser muito fácil para o traficante... Aliás, traficante mesmo não vai preso. São muito poucos os traficantes que vão presos. Quem vai preso são os distribuidores de drogas, que pegam a droga do traficante e a revendem em vários pontos.

Se aprovarem e levarem adiante esse estudo, vamos ter os distribuidores de drogas passando também por consumidores. E mais uma vez teremos aí um incentivo deliberado ao consumo e à venda de drogas neste país.

São cinco milhões de viciados em crack. São cinco milhões que têm duas opções: a morte ou a cadeia. Quem se mete nisso não sabe disso! Se sabe, é um idiota e continua nisso. É a morte ou a cadeia! De cada mil viciados, um ou dois conseguem se livrar desse vício do crack. É uma porcentagem ínfima. Então, temos, simplesmente, que lamentar.

Acho que foi o deputado professor Joares Ponticelli que disse aqui que lei foi feita para ser cumprida, que lei não se discute, cumpre-se. Eu estou vendo aqui uma série de pessoas com uma placa com os dizeres: "30 horas já" e também com o número da Lei: 12.317/2010. Quer dizer, é uma lei já devidamente homologada e que não está sendo cumprida.

Quero dizer para os srs. deputados e para os senhores que nos estão acompanhando através da TVAL que tenho leis aprovadas nesta Casa que também não são cumpridas. Há uma lei que instituiu o mutirão da catarata uma vez ao ano. E não me lembro da última vez que essa lei foi cumprida. Há uma lei que instituiu também um espaço para advogados poderem atender aos seus clientes em delegacias de polícias e presídios. Seria um pequeno espaço para ele poder trabalhar e verificar o andamento do processo do seu cliente. Na época, foi divulgado que isso era interessante, o deputado foi entrevistado, foi dito que era bacana, legal, mas a lei está dormindo em alguma gaveta, junto com outras centenas e centenas de leis.

Dias atrás nós, deputados, fomos analisados. Havia o Deputadômetro que servia para nos avaliar. E um dos critérios era o número de leis, e o parlamentar ganhava nota, inclusive. Então, era como se tivéssemos que produzir, era como se não existissem leis o suficiente para serem cumpridas. Se as leis que foram aprovadas somente neste Parlamento fossem cumpridas, já haveria muitas e muitas leis, muitas e muitas ordenações que, certamente, teriam melhorado a vida do cidadão lá fora. Coloquem na conta mais a Lei n. 12.317...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Srs. deputados, encontra-se sobre a mesa um requerimento pedindo a suspensão da sessão ordinária do dia 30 de agosto de 2011 pelo tempo de dez minutos, improrrogáveis, após a Ordem do Dia, para a manifestação do Conselho Regional do Serviço Social - Cress - 12ª Região/SC, que abordará a implementação da jornada de 30h semanais ao assistente social em Santa Catarina, quando fará uso da palavra a assistente social Magali Régis Ferraz.

(Palmas das galerias)

Portanto, após a Ordem do Dia, de acordo com o Regimento Interno, fará uso da palavra a sra. Magali Régis Ferraz.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ouvi atentamente vários parlamentares que nos antecederam. E aqui tenho uma preocupação, deputado Romildo Titon, pois fiquei sabendo que esta Casa aprovou no Orçamento deste ano cerca de R\$ 8.641 milhões para o Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais. Mas fiquei surpresa ao saber que o governo do estado retirou mais de R\$ 7 milhões deste fundo que eram destinados, deputado Romildo Titon - e tivemos aqui uma calorosa discussão sobre o Código Ambiental -, à compensação ambiental.

Então, gostaria de saber do governo do estado se os nossos agricultores não vão receber a compensação ambiental, porque o governo do estado acabou de tirar do Orçamento deste ano mais de R\$ 7 milhões. Eu faço essa pergunta ao líder de governo.

Também quero falar, srs. deputados, sras. deputada, sra. deputada Luciane Carminatti, que é professora - e ouvi aqui atentamente o deputado Joares Ponticelli e o deputado Darci de Matos falarem sobre a relação do Magistério de Santa Catarina - e caros assistentes sociais, que estão aqui lutando por uma causa justa - e sempre dissemos que lei tem que ser cumprida -, que, na questão do piso nacional do Magistério, o que foi aprovado nesta Casa foi o projeto que destruiu a carreira do Magistério catarinense. O que foi aprovado nesta Casa não foi o cumprimento da lei do piso nacional do Magistério, foi a destruição da carreira do Magistério, e isso para que todo professor fique sabendo que essa luta nós vamos continuar, mas realmente foi a destruição da carreira.

Em segundo lugar, srs. deputados, é claro que o acórdão do STF não está sendo cumprido na íntegra, pois o que deveríamos discutir é do ano de 2008 para o ano de 2011, o atrasado que o governador Luiz Henrique teve a coragem de entrar com uma ação na Justiça para não pagar o piso nacional do Magistério. Ou os senhores e as senhoras não recordam disso?

(Palmas)

Essa foi a questão! Daqui para frente, srs. deputados, temos que discutir desde 2008 o que não foi pago para aqueles professores que continuaram silenciosos, pacientes, dando aula para as nossas crianças e adolescentes, esperando a decisão da Justiça. E a decisão da Justiça foi em abril deste ano, mas infelizmente esta Casa não teve a compreensão dos srs. deputados para aprovar na íntegra o piso nacional do Magistério em cima de carreira. É isso que os professores querem e por isso continuam em estado de greve, de alerta, para que isso seja feito, já que foi criada esta comissão.

Em terceiro lugar, srs. parlamentares, somos solidários, sim, ao Magistério do Rio Grande do Sul ou de qualquer parte deste país, porque defendemos que a lei tem que ser cumprida. Então, não venham para esta tribuna querer dizer que não defendemos isso, porque defendemos, sim, no governo do PT, do PMDB ou em qualquer governo que seja. E tenho certeza de que o companheiro Tarso Genro,

deputada Luciane Carminatti, vai, sim, cumprir a lei, porque infelizmente a antiga governadora daquele estado, do PSDB, também fez como o Luiz Henrique, entrou com uma ação na Justiça. Então, srs. deputados, era isso que queria relatar para esses dois companheiros parlamentares desta Casa.

No horário destinado ao nosso Partido, não poderia deixar também de contar a boa, agora, no dia 24, quando a nossa presidenta Dilma Rousseff lançou o programa nacional de microcrédito produtivo e orientado, que se chama Crescer.

(Passa a ler.)

“Trata-se de uma extraordinária ferramenta de inclusão produtiva para milhões de brasileiros e brasileiras, através do acesso ao crédito.

Não bastassem as conquistas que a população obteve nos oito anos do governo Lula, que foi o presidente Lula que sancionou as 30 horas para assistentes sociais, o programa Crescer, da presidenta Dilma Rousseff, é um avanço significativo para estimular a inclusão produtiva, também das camadas mais pobres do nosso país.

Por isso, ele também está inserido no contexto do Plano Brasil Sem Miséria, porque país rico é país sem miséria. Transformar o microcrédito numa alavanca ao crescimento econômico só é possível a partir de agora, com o programa Crescer, uma vez que, dentre outras garantias, reduz de 60% para 8% os juros anuais do microcrédito.

O Crescer, este programa lançado pela presidenta Dilma, no dia 24 de agosto, atinge parte dos beneficiários do Brasil Sem Miséria, assim como empreendedores individuais, empreendedores informais e micro e pequenas empresas. Assim eles terão a oportunidade de crescer em termos econômicos, daí o nome do programa recém-lançado pela nossa presidenta. Trata-se, sr. deputado Padre Pedro Baldissera, na verdade, de um grande incentivo à democratização do crédito, possibilitando que milhões de brasileiros e brasileiras possam abrir e expandir os seus negócios, gerando riquezas e investimento, através da sua força de trabalho.

Pretende-se, ainda, senhoras e senhores, com essa iniciativa, atingir, num primeiro patamar, cerca de 3,5 milhões de pessoas, nos próximos dois anos, com empréstimos de até R\$ 15 mil para ampliar os seus negócios.

Para os profissionais com faturamento de até R\$ 120 mil ao ano, a abertura de crédito também será mais baixa, de 3% para 1% do valor emprestado. Além disso, senhoras e senhores, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, estimula a inclusão produtiva da população extremamente pobre. E nunca se viu tamanha expansão do crédito como estamos vendo nesses últimos anos do presidente Lula e nesses oito meses da presidenta Dilma Rousseff.

Assim, fica consolidada a política de inclusão econômica e social da presidenta Dilma Rousseff, que ao democratizar o acesso ao crédito eleva a autoestima da nossa gente, eleva a cidadania da nossa população. Além disso, é mais uma ação do governo federal para proteger o país da gravíssima crise a que assistimos todos os dias através dos jornais, da rede de televisão e também das nossas rádios, que atinge o mundo, em especial os poderosos Estados Unidos e também a Europa.

Enquanto que os ditos países ricos amargam no desemprego, e não faz muito

tempo que os brasileiros queriam sair do Brasil e ir para os Estados Unidos ou para a Europa para ganhar um dinheirinho para ajudar as suas famílias no Brasil, agora é o inverso, os americanos, os europeus querem vir para o Brasil à procura de trabalho. Que coisa maravilhosa! Quem sonhou que isso ia acontecer e que isso é realidade? E agora esses países são atingidos em exclusão social e revoltas populares, e o Brasil prepara-se, senhoras e senhores, para garantir que o país continue crescendo e gerando empregos à sua população.

Nesses primeiros sete meses foram gerados mais de um milhão e quinhentos mil empregos em nosso país. E afirmo com convicção: o Brasil só não está imerso numa grande crise econômica, e bem falava na época o presidente Lula que aquela crise seria uma marolinha, graças ao grande governo do presidente Lula e a continuidade da presidente Dilma Rousseff.

Com responsabilidade, senhoras e senhores, compromisso com a nossa gente, visão futurista, o presidente Lula apostou no povo brasileiro, apostou na nossa gente, na qualidade da nossa gente, aumentou a renda, propiciou a milhões de brasileiros acesso ao emprego, à renda, à educação, ao trabalho, à alimentação e à dignidade. Ao contrário de outros governos que apostaram no receituário do neoliberal, política esta que já conhecíamos e que infelizmente já está derrotada, porque há uma nova era em nosso país.

O Brasil hoje, sr. presidente, é reconhecido no mundo inteiro como modelo para superação do sistema econômico mundial, e nós, brasileiros, nós, catarinenses, podemos orgulhar do governo que temos, pois o Brasil está em boas mãos, nas mãos de quem sempre deveria estar, nas mãos do povo brasileiro.”

Parabéns aos assistentes sociais, e que as 30 horas sejam cumpridas de uma vez por todas, assim como defendemos as 30 horas para a Enfermagem.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Queremos dar as boas-vindas ao grupo de alunos e da Giselle Marie Krepsky, de Blumenau.

Um grande abraço a todos e sejam bem-vindos a esta Casa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado professor Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, só para não deixar a mentira continuar prevalecendo e virando verdade, quero dizer que prefiro defender um governo que cumpre o piso e que começou a resgatá-lo, do que o governo da deputada Ana Paula Lima, no Rio Grande do Sul, que se nega até a pagar o piso. Essa é a verdade.

Pensei que s.exa. viesse trazer alguma explicação, já que veio fazer a defesa, pois o governador do Rio Grande do Sul já foi ministro da Educação. Então, pensei que pelo menos ela viesse dizer isso. Mas vir dizer essa mentira de que não estamos cumprindo o piso, saiba que isso não será sustentado aqui dentro, não.

O governo do estado de Santa Catarina cumpre o piso, diferentemente do governo do PT, do Rio Grande do Sul, que se nega a pagá-lo. Vamos começar a contestar,

porque mentira virando verdade não vamos aceitar.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, essa polêmica vai-se arrastar muito porque estou vendo que aqui as questões são ideológicas. Mas o que queremos é restabelecer a verdade. Se existe uma lei e vocês estão aqui reivindicando, é porque ela não foi cumprida pelo governo federal. Onde estão os aplausos?

Vocês estão reivindicando uma coisa justa, uma lei aprovada, sancionada, mas que não está sendo cumprida pelo governo federal! Onde estão os aplausos?

(Manifestações das galerias)

Sim, as prefeituras! Mas quem é que tem que executar a lei?

Quando fui prefeito de Caçador e presidente da então Fearp, tivemos um dos primeiros cursos de Serviço Social em Santa Catarina, na década de 70. Criamos o primeiro curso e espalhamos professores ou assistentes sociais por grande parte do nosso estado na época, e foi um avanço muito grande que as empresas tiveram, pois conseguiram...

(Manifestação interrompida por término do horário regimental.)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero esclarecer os fatos, sr. presidente, eu não gosto da palavra "mentira", pois não sou mentirosa.

(Palmas das galerias)

Outra coisa, sr. presidente, para que fique claro, o deputado Joares Ponticelli precisa ler o acórdão do STF que é claro quando diz que Santa Catarina tem que cumprir o piso nacional do Magistério em cima da carreira.

(Palmas das galerias)

E se ele quiser se mudar de Santa Catarina para o Rio Grande do Sul, que faça o debate lá, porque esta deputada mora em Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero fazer o registro aos trabalhadores da assistência social e ao deputado Reno Caramori que, embora sejamos de partidos contrários, na cidade de Chapecó o prefeito já implementou as 30 horas para as assistentes sociais.

(Palmas das galerias)

E o prefeito é seu irmão, deputado Reno Caramori!

Essa luta é digna, legítima, e todos os prefeitos do estado de Santa Catarina precisam cumprir a lei federal, depende de uma adesão dos prefeitos e, obviamente, do governo do estado.

Com relação ao piso, acho que a deputada Ana Paula Lima foi muito feliz. Em Santa Catarina, deputada, só se começou a

implantar o piso nacional do Magistério graças...

(Manifestação interrompida por término do horário regimental.)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Não quero chamar ninguém de mentiroso, não tenho esse direito, mas quero afirmar aquilo que está estampado num jornal do Rio Grande do Sul de que o governador do PT, Tarso Genro, não está pagando o piso do Magistério.

Deputada Ana Paula Lima, moramos em Santa Catarina, mas o PT é o mesmo. Estamos pagando o piso, isso é fato, e contra fatos não há argumentos. Precisamos apontar a verdade dos fatos para a população catarinense que nos acompanha. Essa é a grande verdade.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Presidente, vou fazer um apelo, até porque as professoras não estão aqui e as assistentes sociais são o nosso foco.

Peço ao deputado Joares Ponticelli, que nos está representando nesse grupo de trabalho, que nos ouça, porque há problemas. Há pessoas recebendo menos com a aplicação da lei; há gente que está recebendo R\$ 150,00 a menos. Então, vamos ter chegar a um consenso, porque tem matemática envolvida.

Quero que v.ex.a. se reúna com os parlamentares da Casa, ouça todos, para podermos mostrar esse caso concreto e levá-lo ao grupo de trabalho em nosso nome.

(Manifestação das galerias)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, vai ter a participação da comissão, da qual eu concordei, que usará a tribuna por dez minutos.

Está havendo muita confusão. Segundo a primeira proposta, se fosse aplicado o piso, deputada Ana Paula Lima, daria um total de R\$ 13 milhões de impacto/mês. Chegamos a R\$ 28 milhões, porque dentro do piso outras coisas foram contempladas. E vai para R\$ 42 milhões. Sendo assim, não estou entendendo o que não foi cumprido. Se fosse somente cumprir o piso o gasto seria de R\$ 13 milhões.

O governo do estado está cumprindo, sim! O governo está cumprindo aquilo que foi proposto dentro do piso e foi além: está estudando uma forma de considerar a carreira do professor.

Então, está sendo cumprido, sim, o piso, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Obrigado, deputado.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero fazer uma solicitação, sr. presidente. Esta Casa indicou um deputado para ser observador junto ao grupo de trabalho, mas não fomos consultados. Eu também gostaria de ser observadora desse grupo de trabalho. Acho que é bem justo.

Muito obrigada!

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0080/2010, 0104/2011, 0262/2011, 0319/2011, 0335/2011, 0359/2011, 0365/2011, 0368/2011, 0373/2011, 0394/2011, 0408/2011, 0412/2011, 0435/2011, 0457/2011, 0467/2011 e 0477/2011, todos de entidade social encaminhando documentação para a manutenção do título.

Também comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0287/2011, 0295/2011, 0309/2011, 0310/2010, 0310/2011, 0324/2010, 0333/2011 e 0350/2011, todos de entidade social encaminhando documentação para a manutenção do título.

Comunica, outrossim, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0460/2011, 0465/2011, 0469/2011, 0481/2011, 0485/2011 e 0489/2011, todos de entidade social encaminhando documentação para a manutenção do título.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0145/2011, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Campos Novos (instalação da Biblioteca Pública Municipal).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0147/2011, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Curitiba (instalação do curso pré-vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0148/2011, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Rio do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0151/2011, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Rio do Campo (ampliação da Biblioteca Municipal dr. Nereu Ramos e instalação de museu).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0154/2011, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Taió (desenvolvimento de serviços de saúde e educação infantil).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0094/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera a Lei n. 14.890, de 2009, alterada pela Lei n. 15.372, de 2010, que disciplina o controle de usuários em estabelecimentos voltados à comercialização do acesso à internet no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, esse projeto que altera, aperfeiçoa e melhora o projeto de lei das *lan houses* é de minha autoria, aprovado por esta Casa no ano passado. E a proposição desse aperfeiçoamento foi iniciativa do Ministério Público, mais precisamente da dra. Priscila.

Assim, estamos criando mecanismos para proteger as crianças e os adolescentes de Santa Catarina que usam a internet. As crianças de até 12 anos deverão ir às *lan houses* acompanhadas de seus pais e os adolescentes com a autorização de seus pais. E ainda, no turno em que estão em sala de aula, não poderão utilizar as *lan houses*.

Então, entendemos que estamos, com a participação da Assembleia, melhorando e contribuindo com essa campanha do Ministério Público sobre navegação segura na internet. E, sobretudo, estamos dando mecanismos para que efetivamente a Justiça possa punir os horrorosos e vergonhosos crimes de pedofilia que acontecem ainda em Santa Catarina e no Brasil.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero me manifestar apenas em apoio ao projeto do deputado Darci de Matos, que é uma ferramenta importante de controle. Também desejo que possamos contribuir junto com esse projeto que aprovamos, hoje, em segundo turno. E peço que possamos votar hoje também a redação final para seguir os trâmites no centro administrativo.

Quero também pedir aos deputados desta Casa para que possamos aprovar na brevidade possível o projeto de lei que institui o Disque Denúncia para combater os casos de pedofilia em Santa Catarina, que é outra ferramenta junto à Campanha Navegação Segura e Combate à Pedofilia na Internet.

Deputado Darci de Matos, esse projeto vai ser de fundamental importância e renovamos também a nossa disposição de tratar desse tema na CPI do Combate à Pedofilia. Nós hoje fizemos uma reunião, deputada Ana Paula Lima, para que possamos trazer a secretária Nacional de Direitos Humanos, Maria do Rosário, que tem uma longa militância com respeito a esse assunto, o senador Magno Malta, que foi o protagonista da CPI Nacional de Combate à Pedofilia, no sentido de fazer um grande ato de instalação, na segunda quinzena de outubro, da CPI do Combate à Pedofilia para tratarmos desse tema. Mas para que possamos chegar lá em melhores condições, precisamos aprovar hoje esse projeto e agilizar a tramitação do projeto do Disque Denúncia em Santa Catarina.

Muito obrigada, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Obrigada, deputada Angela Albino.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0282/2011, que altera a redação da Lei n. 8.336, de 1991, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Ibirama.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0303/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, que altera o art. 1º da Lei n. 8.898, de 1992, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente e Filantrópica Harmonia, de Ibirama.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0324/2010, de autoria da deputada Angela Albino, que institui o Dia Estadual do Surfe e dos Surfistas.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica ainda que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0473/2011, de autoria do deputado Reno Caramori; 0474/2011 de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0475/2011 e 0476/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0477/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0478/2011 e 0479/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; e 0480/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares.

Esta Presidência também comunica que defere os Requerimentos n.s.: 1.107/2011, de autoria do deputado Pedro Baldissera; 1.108/2011, 1.109/2011 e 1.110/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.111/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira; 1.112/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 1.113/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 1.114/2011, de autoria do deputado Edison Andrino; 1.115/2011, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 1.116/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal; e 1.117/2011, de autoria do deputado Gilmar Knaesel.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário os seguintes requerimentos:

Requerimento n. 1.103/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem ao superintendente regional do DNIT, solicitando a fiscalização nas empresas contratadas para efetuarem a sinalização adequada na BR-101,

no trecho em obras, entre os municípios de Palhoça e Passo de Torres.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.106/2011, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem ao ministro da Pesca e Aquicultura, solicitando providências para a implementação de políticas públicas de incentivo ao setor da pesca artesanal no município de Tijucas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0074/2011, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviada à presidente da República e à ministra da Casa Civil, manifestando apoio à nomeação do juiz Jorge Antonio Maurique para o cargo de desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª região.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Antes, porém, há um requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que seria a primeira deputada a usar a tribuna, datado de hoje, em que pede dez minutos, após a Ordem do Dia, para a manifestação de um representante do Conselho Regional de Serviço Social - Cress/12ª Região, que abordará a implementação da jornada de 30h semanais aos assistentes sociais em Santa Catarina.

Assim sendo, fará uso da palavra a sra. Magali Regis Franz.

(Palmas das galerias)

Esta Presidência, neste momento, suspende a presente sessão por dez minutos para que haja essa manifestação.

Esta suspensão a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero cumprimentar todas as assistentes sociais presentes nesta Casa. Eu tenho a honra de ter duas irmãs assistentes sociais, a Maria Darci Mota Becker e a Edir Mota de Oliveira, e sei que prestam um relevante serviço à

sociedade junto a todas as assistentes sociais de Santa Catarina.

Então, quero parabenizá-las pelo relevante trabalho que desempenham. Gostaria também de dizer que podem contar com o nosso apoio nesta Casa para que possamos consolidar esse trabalho relevante que vocês fazem por toda Santa Catarina.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero registrar, neste momento, a presença do prefeito Zezé, de Chapadão do Lageado, e também do prefeito José Constante, de Agrolândia, dois prefeitos do Partido dos Trabalhadores que orgulham o nosso partido no estado de Santa Catarina.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, vou pedir licença para sair do plenário, pois terei que ir ao município de Joinville, à sua cidade, representar a Presidência desta Casa no 8º Encontro Estadual de Grupo de Estudos e Apoio à Adoção. É um tema que trabalhamos muito, que inclusive estamos fazendo campanha nesta Casa, em que estarei representando o presidente que se encontra impossibilitado de ir.

Assim sendo, peço licença para me retirar do plenário.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputada Ana Paula Lima, em primeiro lugar, quero cumprimentar v.exa. por esse trabalho. Inclusive, na última sexta-feira, estivemos em Braço do Norte, numa ação com o Ciaca, ocasião em que falava exatamente desse trabalho que a Assembleia tem feito. Por isso quero cumprimentá-la.

Em segundo lugar, quero dizer a v.exa. que não a chamei de mentirosa. Eu chamo de mentirosos todos aqueles que insistem em dizer que o estado de Santa Catarina não paga o piso do Magistério. Não a estou chamando de mentirosa. Mentiroso, deputado Romildo Titon, é quem insiste em dizer que o estado não está pagando o piso. O estado de Santa Catarina paga integralmente o piso do Magistério Público, diferente do que acontece no estado do Rio Grande do Sul.

Deputado Dóia Guglielmi, é muito interessante, porque quando o assunto interessa, quando dá para fazer um bom discurso, deputado Elizeu Mattos, quando dá para faturar politicamente ou jogar para a plateia, vale qualquer exemplo. Agora, quando machuca, quando questiona, quando cobra coerência, não pode. E vou voltar a insistir no silêncio dos deputados que tanto brigaram pela greve do magistério catarinense. Por que é que não trazem o problema, a problemática da Universidade Federal que está há 70 dias em greve? Onde está aquela gente tão diligente, aqueles que brigaram tanto aqui, deputado Manoel Mota, que estavam tão impacientes para resolver o problema do estado e não

sabem do problema na Universidade Federal de Santa Catarina?

Deputado Dado Cherem, mais de 70 dias de greve e nada da pauta dos servidores da universidade ser atendida. E aí não há comissão, não há deputado que se insurge, não há pedido de informação, não há nada. É silêncio absoluto. E se fomos cobrar, dirão que isso não tem nada a ver conosco, que é problema do governo federal e que somos deputados estaduais. É isso que eles são capazes de dizer, como se aqueles catarinenses que são estudantes da universidade não fossem gente nossa e não estivessem com problemas.

Então, eles atuam somente naquilo que lhes convém. E quando trazemos aqui o problema do governador Tarso Genro, uma expoente liderança do PT nacional, que foi ministro da Educação, que se diz pai do piso nacional, do estado vizinho Rio Grande do Sul, que se nega a pagar, aí não se pode cobrar porque para se cobrar tem que morar no Rio Grande do Sul.

Isso não é cobrar coerência? O discurso e a prática têm que ser os mesmos. Aprovamos uma lei aqui que contempla o piso para todos, num projeto que entrou aqui de R\$ 14 milhões e que saiu com mais de 40, a partir de janeiro, no primeiro ano.

E aí, deputado Manoel Mota, está no jornal *Zero Hora*:

(Passa a ler.)

“E agora, governador?”

Publicada a decisão do Supremo Tribunal que reconheceu a legalidade do piso. Estados e municípios não terão mais como alegar dependência de decisão judicial para postergar o pagamento.

O governo Tarso Genro, do PT, que fechará as contas deste ano em vermelho, está diante de uma sinuca. Na campanha eleitoral Tarso se comprometeu com o pagamento do piso. Não disse que seria no primeiro ou no último ano de governo, lembrou que tinha sido um dos pais da proposta quando foi ministro da Educação e que pagar era questão de honra. Para mostrar aos professores que não estava blefando, depois da posse pediu ao Supremo a retirada da ação proposta por Yeda Crusius. A torcida adorou. Como o Supremo decidiu que o piso é constitucional, de R\$ 1.187,00, isso se refere ao vencimento básico de 40 horas, não resta ao outro estado outra saída a não ser pagar.

Integrantes do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público já sabem que ocorrerá uma avalanche de ações com a negativa do governo a pagar.”

No dia seguinte saiu outra manchete: “Batalha judicial.

Um dia depois da publicação do acórdão do Supremo Tribunal, com a decisão que reconhece a constitucionalidade do piso, o sindicato decidiu o que já era esperado, vai entrar ainda hoje com uma ação judicial para exigir o pagamento do mínimo fixado em lei. A surpresa ficou por conta da estratégia: em vez de percorrer todas as instâncias da Justiça, o sindicato decidiu pular etapas e entrar direto no Supremo exigindo o cumprimento da decisão dos ministros.

Como o julgamento do Supremo não deve ser rápido, o governo vai ganhar tempo para buscar meios para aumentar a receita e cobrir os gastos. Só com o aumento da arrecadação seria possível pagar o piso e ao mesmo tempo não extrapolar a Lei de

Responsabilidade. O problema que para cumprir o aumento da despesa a arrecadação tem que crescer muito.

Ontem, o secretário da Educação, Clóvis Azevedo, voltou a afirmar que o governo é favorável ao piso, mas não tem de onde tirar dinheiro para pagar. 'O compromisso é implementar o piso até o final de 2014', disse o secretário do PT do Rio Grande do Sul.

Se a Justiça decidir que o governo deve pagar antes, restam duas opções: tomar empréstimos de recursos em depósitos judiciais, aprofundando o déficit, e enfrentar as consequências. E a mais drástica seria a intervenção federal."

Então, deputado Manoel Mota e deputado Jailson Lima, o governador Tarso Genro não paga não porque não quer, mas porque há dificuldades. Ele não está pagando nem o piso. Aqui, o governador Raimundo Colombo pagou integralmente o piso, através do projeto que votamos aqui, no valor correspondente a mais de R\$ 28 milhões este mês, e vai passar para R\$ 40 milhões por mês em janeiro, coisa que nenhum governo no Brasil fez, deputado Manoel Mota. Mas continuamos sendo agredidos por alguns setores desses que aqui deveriam cobrar coerência na Universidade Federal e do governador Tarso Genro, mas se esquecem quando cobramos e dizem: "Aí não pode porque não temos nada a ver com isso".

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentá-lo, eminente deputado Joares Ponticelli, e dizer a v.exa. que tenho 29 anos de vida pública e em nenhum momento um governo, já fui governo, já fui Oposição, assumi tanto compromisso com a Educação como Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira.

Guardo o relatório do governo comigo, pois quase todos os dias sou questionado e tenho que dar uma resposta. Quer dizer, o professor vai receber o que ele nunca imaginou na sua vida. Primeiramente, queria a incorporação, depois queria o piso. Recebeu, portanto, a incorporação, o piso, ou seja, houve um aumento real. E saímos todos como bandidos nesta Casa, como também o governo do estado.

Eu disse e vou repetir: aquelas pessoas que maltrataram, que não tiveram a responsabilidade de analisar ou não têm condições de ser professor porque não sabem matemática ou não sabem somar, nunca irão ganhar tanto quanto em Santa Catarina, perto dos outros estados do Brasil.

Mas quero cumprimentar v.exa. pelo seu relatório e pelo que fez pela Educação em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Manoel Mota, e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Manoel Mota, nem tanto assim. De qualquer maneira, deputado Joares Ponticelli, olhando o passado, quem diria v.exa. e o deputado Manoel Mota se abraçando aqui! Meu Deus do céu, o que esta Casa não faz! Mas o

que v.exa. está dizendo com relação ao governo Tarso Genro, eu disse, nesta tribuna, durante o debate que houve aqui, que lá foi construído um acordo para pagar o piso até 2014, mostrando a realidade do estado.

Então, nada mais do que é a transcrição do que fizemos aqui no debate de um estado que tinha um discurso de déficit zero, cuja lei de Responsabilidade Fiscal, na folha de pagamento, chega quase a 60% nos dias de hoje. Nada mais é do que tudo o que debatemos aqui.

Mas o que vi de bom, minha gente, foi v.exa. e o deputado Manoel Mota saírem no abraço aqui. O que não se faz por Santa Catarina!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Realmente nós nos juntamos, deputado Jailson Lima, para implementar o piso e para produzir avanços, que não vão parar. Criaram um grupo de trabalho e vamos continuar avançando e mantendo o discurso. Eu não mudei o discurso porque sempre questioneei quando a lei não era cumprida, e estamos vendo ser cumprida. Diferente do discurso que é feito aqui e é negado na vizinhança, no Rio Grande do Sul, por aquele que se diz pai do piso...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero registrar vários fatos.

Tivemos, principalmente, a manifestação do deputado Darci de Matos, com relação à questão da aprovação da lei que regulamenta o acesso às casas de *internet*, aos provedores, às *lan houses*, enfim, às lojas e empresas que assim são conhecidas. E a cada dia essa lei tem sido adaptada.

Em 2006, quando tivemos a oportunidade de assumir na Assembleia Legislativa, patrocinamos a iniciativa de uma lei regulamentando as casas de acesso à *internet*, principalmente porque acompanhávamos, através do nosso trabalho policial, as dificuldades, muitas vezes, de investigação, em razão da utilização desses computadores anônimos por pessoas que praticavam crimes e também com outra visão de proteção da própria criança, do adolescente, da família, pois muitos adolescentes e até crianças saíam para ir à escola, saíam para estudar e acabavam permanecendo por longas horas nesses locais sem que houvesse qualquer registro de quem utilizava aqueles computadores.

Então, muitas vezes num caso de extorsão, de ameaças, de difamação, as autoridades policiais conseguiram pelo rastreamento chegar ao computador de onde partia aquele ato criminoso. Mas, infelizmente, não se conseguia identificar o usuário do equipamento, porque não havia qualquer tipo de legislação que assim determinasse.

Então, esse projeto de lei é muito importante. Ele regulamenta e controla o uso desses equipamentos, para não permitir a presença de crianças e de adolescentes por um longo período. Inclusive, para todos aqueles que fizerem uso desses equipamentos é feito o registro do nome, do endereço e da

documentação antes de fazer o uso dos mesmos.

Acompanhamos na imprensa, há poucos dias, deputado Dóia Guglielmi, o caso de pessoas que se negaram a apresentar o documento para utilizar o equipamento em algumas dessas casas. Vejam: se é um cidadão que está em viagem e precisa verificar ou passar um *e-mail*, ele não se vai opor a fornecer o seu documento e fazer o registro da sua presença, porque nada deve. E a imprensa mostrou que várias pessoas se negaram a fazer essa apresentação do documento. Por quê? Porque, provavelmente, iriam usar o computador para praticar algum ato irregular, ilícito, ou para pedofilia, enfim, para algum ato criminoso. Então, é muito importante que haja essa regulamentação e esse controle.

Quero falar também sobre a presença dos assistentes sociais, que estão reivindicando as 30h.

Neste país faz-se muitas leis e, infelizmente, cumpre-se poucas. Se existe uma legislação federal, ela tem que ser cumprida. Nós sabemos que existem outras profissões que, pelo estresse e pelo desgaste que acarretam ao profissional, também têm que ter a sua carga horária reduzida. E se a lei assim estabelece, ela tem que ser cumprida e aplicada. Esse é um direito justo que está firmado e deve ser cumprido. E felizmente, e isso foi dito neste plenário, deputada Luciane Carminatti, vários municípios já estão cumprindo, e têm que cumprir, pois se busca dar qualidade de vida ao nosso cidadão, ao nosso trabalhador.

Também foi registrada, nesta Casa, a aprovação do projeto de lei que estabelece o parcelamento do IPVA em até dez parcelas iguais e sucessivas. É um projeto muito importante porque temos visto que os pátios das delegacias de Polícia e das Polícias Rodoviárias estão abarrotados de veículos cujos proprietários têm dificuldades na regularização da documentação. E temos que facilitar a vida do cidadão. Então, esse parcelamento do IPVA já é um primeiro caminho.

Já tivemos, em 2006, um projeto para o parcelamento do pagamento das multas de trânsito. Na época, foi dito que era inconstitucional porque só a União poderia legislar sobre trânsito. Mas não estamos legislando sobre trânsito; estamos legislando sobre um crédito que o estado tem decorrente de multas de trânsito. Nós não estamos estabelecendo novas diretrizes de trânsito. E esse parcelamento das multas, junto com o parcelamento do IPVA, é muito importante porque o cidadão, muitas vezes vende um carro para um terceiro, esse terceiro pratica algumas infrações de trânsito e, às vezes, acaba devolvendo o veículo - o negócio acaba sendo desfeito. E quando aquele veículo, por alguma razão, é apreendido, somente poderá ser liberado com a sua regularização. E a pessoa tenta fazer essa regularização, mas não tem condições financeiras necessárias para isso. Daí o que acontece? Veículos permanecem por anos apodrecendo nos locais de retenção, sem que haja uma solução.

Diz a legislação que o estado, em 90 dias, deve iniciar o processo de leilão desses veículos, fazendo o pagamento dos débitos com o valor arrecadado com a venda e o restante sendo devolvido ao legítimo proprietário daquele veículo. Mas na verdade isso não ocorre. Os veículos permanecem por muito tempo nesses pátios e quando vão a

leilão já não têm um valor suficiente nem para a cobertura desses débitos existentes junto ao Detran e junto ao estado. Assim perde o estado e perde o cidadão que acaba ficando sem o seu veículo.

Então, já estamos com um projeto encaminhado de parcelamento das multas de trânsito para que o cidadão consiga regularizar a sua situação pagando uma parcela do IPVA, se estiver em atraso, e também as multas de trânsito que porventura estiverem pendentes para aquele veículo. Assim ele poderá retirar o seu veículo e utilizá-lo, porque ele é proprietário do veículo.

Então, o estado vai ter interesse nisso porque ele vai receber o valor, parceladamente, mas vai receber. E se não houver esse parcelamento, muitas vezes o veículo vai ficar deteriorando-se, e assim vão perder o cidadão e também o estado.

Entendo que é importante, junto com tantos projetos que temos encaminhados nesta Casa, também regularizar mais essa situação.

Para nós, que estivemos na segurança pública e na delegacia de Polícia, é corriqueiro ver o cidadão querendo restituir o seu veículo e não tendo, infelizmente, condições financeiras necessárias para fazer a quitação total de débito existente.

Então, são leis assim que vão melhorar a qualidade de vida e as condições da nossa sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, grande "tuiteiro" desta Casa.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados que ainda permanecessem na Casa, cabe-me, nesta tarde, trazer algumas informações sobre a visita da Comissão Especial sobre Drogas da Câmara Federal, que se fez presente ontem nesta Casa na nossa sétima audiência da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas. Estiveram presentes aqui o relator da Cedroga - Comissão Especial de Políticas Públicas sobre Drogas -, o deputado Givaldo Carimbão, o deputado Pastor Eurico, membro daquela comissão, a deputada Carmen Zanotto, que faz parte dessa comissão especial, e ainda o deputado Décio Lima. Portanto, houve a presença de quatro deputados federais nessa audiência que realizamos ontem na Assembleia Legislativa.

Houve, inclusive, a preocupação do público, porque o Plenário Antonieta de Barros é bastante espaçoso, mas, felizmente, deputado Darci de Matos - e v.exa. também nos acompanhou nessa audiência -, tivemos um público relativamente positivo ontem, com a presença de mais de 200 pessoas. E foi um público extremamente qualificado, com a presença do comandante da Polícia Militar, do delegado-geral da Polícia Civil, de procuradores - a Justiça se fez presente com várias representações -, de professores, de técnicos ligados em especial aos nossos Caps, das comunidades terapêuticas de maneira maciça. Tivemos, inclusive, depois da audiência pública, uma reunião com os representantes das comunidades terapêuticas de várias regiões do estado, juntamente com o deputado Givaldo Carimbão. E foram muito boas as experiências que ele trouxe para as comunidades terapêuticas.

Também não poderia deixar de mencionar, e com muita satisfação, a presença do governador do nosso estado, Raimundo Colombo, que nos prestigiou, pelo menos de passagem, trazendo a sua mensagem na audiência de ontem.

Falávamos, ontem, do nosso compromisso, depois desse somatório das contribuições recebidas nas seis audiências anteriores feitas nas diferentes regiões do estado de Santa Catarina, e ontem com a contribuição também da Grande Florianópolis. E, mais do que isso, agora com o compromisso que o governador Raimundo Colombo assumiu, ontem, com esta Casa, deputada Luciane Carminatti, de acatar o relatório que a nossa comissão vai começar a elaborar nas próximas horas para depois apresentá-lo ao governo do estado.

Vamos trabalhar em algumas direções, como na questão da prevenção, no que diz respeito em especial ao Proerd. Conversamos, ontem, com o comando-geral da Polícia Militar, e há uma proposição bastante interessante para motivar aqueles profissionais da área da segurança que estão dedicados ao Proerd. Mas, em especial, houve o compromisso do governador... E uma das nossas angústias e dos nossos desafios ao instituímos e arquitetamos a Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas foi exatamente esta: a criação de um fundo especial para as políticas sobre drogas em Santa Catarina.

Tínhamos dito nesta tribuna, ao longo desses últimos meses, que queremos de fato que o governo do estado faça valer a proposição desta Casa de 0,25% do Fundo Social para um caixa específico de atendimento às políticas sobre drogas, em especial as nossas comunidades terapêuticas.

Nós dissemos, ontem, ao governador Raimundo Colombo do nosso entusiasmo com a proposta que foi feita em Minas Gerais, onde o governo do estado, deputado Jailson Lima, financia quatro mil vagas, no valor de R\$ 900,00 *per capita* - portanto, um valor razoável. Nós temos tido conversas com as comunidades terapêuticas e hoje o valor está em torno de R\$ 1.200,00 *per capita* para a reabilitação de dependentes químicos em forma de internato. E, portanto, o modelo de Minas Gerais pode ser, sim, copiado naquilo que tem de bom.

Hoje, o governo de Minas Gerais subsidia 31 comunidades terapêuticas, e nós temos, em Santa Catarina, já levantadas e devidamente cadastradas, cerca de 70 comunidades terapêuticas que oferecem em torno de 2,4 mil vagas.

Por isso, a nossa gratidão ao governo do estado não só pela presença ontem, mas também por ter assumido esse compromisso com a Frente Parlamentar, de analisar com carinho as proposições que encaminharemos ao governo, talvez até mesmo com a criação de uma subsecretaria, enfim, um balcão de atendimento às comunidades terapêuticas, reforçando, sem dúvida, as políticas públicas no estado de Santa Catarina no que diz respeito ao combate e à prevenção das drogas.

Eu concluiria dizendo, srs. deputados, que não há dúvida de que o sucesso das políticas públicas sobre as drogas depende dessa união eficaz e eficiente e das ações das políticas, juntamente com a sociedade civil organizada, em especial as nossas comunidades terapêuticas, para que possamos, de forma conjunta, tratar dessas diretrizes específicas e das demandas,

naturalmente respeitando as peculiaridades das regiões que foram ouvidas ao longo dessas seis audiências e que contribuíram com informações e sugestões que agora farão parte desse documento que estaremos elaborando nas próximas horas, para, como eu disse, entregar de forma oficial ao governo do estado e assim podermos dar continuidade a essa proposição.

Além, é claro, das audiências públicas, temos, semanalmente, visitado as diferentes regiões do estado para conhecer *in loco* as comunidades terapêuticas e as suas deficiências, os seus desafios, aquilo que de fato estão contribuindo no que diz respeito à saúde pública de Santa Catarina e, de uma forma bastante eficaz, buscando também trabalhar na prevenção.

Como já foi dito nesta tarde, Santa Catarina, conforme os dados e o modelo que temos de pesquisa em nível nacional, tem, hoje - e somente em nível de usuários de crack -, cerca de 50 mil usuários de crack! Ora, se temos apenas 2,4 mil vagas nas comunidades terapêuticas, são enormes os desafios que temos pela frente para, de forma rápida, ágil e responsável diminuir esse índice no estado de Santa Catarina.

Portanto, srs. deputados, fica aqui a nossa gratidão àqueles que ajudaram a organizar as audiências, ao longo dessa caminhada, nas seis regiões, e agora em Florianópolis estamos concluindo a sétima região. Quero agradecer às Câmaras de Vereadores, onde foram feitos os debates. Todas elas sempre estiveram com a casa cheia.

Nossos agradecimentos também à TV Legislativa e às TVs Legislativas dos municípios, que deram cobertura, à Rádio AleSC Digital, aos meios de comunicação, aos jornais, pois, de uma forma ou de outra, pudemos levar a nossa mensagem e conclamar a sociedade catarinense numa verdadeira cruzada contra as drogas no nosso estado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Ismael dos Santos, v.exa. tem autoridade para falar desse assunto porque mantém uma casa de recuperação de dependentes químicos há mais de uma década na cidade de Blumenau. V.Exa. não fica apenas no discurso, v.exa. pratica esse discurso.

Essa sua luta contra as drogas e pela recuperação dos dependentes químicos é um objetivo de vida, e essa posição tem que ser de todos nós. Mas precisamos, além da recuperação que está sendo feita - e defendemos que é preciso ser implementada, no meu entendimento, através do SUS -, concentrar as nossas ações na prevenção.

O Proerd é um programa magnífico que tem que ser ampliado, e a prevenção é de fundamental importância para vencermos essa guerra que ainda não está perdida.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Perfeitamente, deputado Darci de Matos, não há dúvida quanto à questão da prevenção e da reabilitação. E não só isso, precisamos avançar para a ressocialização pós-comunidades terapêuticas.

A questão da repressão, deputado Maurício Eskudlark - e v.exa. entende do assunto -, precisa ser enfatizada. E agora há outro eixo que acrescentaríamos a tudo isso,

que é a questão da legislação que precisa também, em nível nacional, ser repensada.

Por tudo isso, prosseguiremos hasteando a bandeira neste Parlamento de uma Santa Catarina sem drogas.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Ismael dos Santos, parabéns pelo intenso trabalho que executa nessa área. Isso dignifica o povo catarinense.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, nobres deputados que ainda acompanham esta sessão, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alecs Digital, quero fazer uma manifestação com relação à situação ocorrida nos municípios do oeste catarinense nesta noite que passou. Houve chuva de granizo, com ventos fortes, e 100% das residências foram atingidas na cidade de Irati. Em Formosa do Sul, 80% das residências foram atingidas, assim com também nos demais municípios da nossa região.

Tendo em vista essa situação extremamente difícil que os moradores do oeste estão passando, queremos fazer uma sugestão.

Nesta Casa há a comissão de Proteção Civil instituída, se não me falha a memória, neste ano, e a partir de um requerimento que apresentaremos no dia de amanhã, vamos sugerir que seja criada uma subcomissão, conforme determina o Regimento desta Casa no seu parágrafo único do art. 26:

(Passa a ler.)

"Art. 26 [...]"

Parágrafo único. Na ocorrência de situações que exijam acompanhamento parlamentar emergencial ou especial, é facultada a criação de Subcomissões junto às Comissões Permanentes, sempre no âmbito de suas competências originais."[sic]

Então, estamos sugerindo a criação de uma subcomissão vinculada à comissão de Proteção Civil para que possamos, ainda nesta semana, deputado Maurício Eskudlark, fazer uma visita *in loco* a esses municípios e solidarizar-nos com essas famílias e também com os prefeitos dessa região. E assim poderemos dar os encaminhamentos devidos junto ao governo do estado para que possamos somar forças e contribuir para que essa situação seja solucionada o mais breve possível.

Então, já quero justificar a minha ausência neste plenário amanhã, quarta-feira, na quinta-feira e na sexta-feira desta semana, porque vou acompanhar *in loco* de fato a situação em que se encontram essas milhares de famílias.

Portanto, esse era um assunto que eu queria deixar registrado nesta Casa.

Outra questão a que quero me referir trata-se da Lei n. 12.317, que já foi devidamente falada desta tribuna pela representação dos conselhos regionais e do Conselho Regional da Assistente Social.

Hoje pela manhã participei da Conferência das Mulheres no município de Xanxerê. Inclusive neste município várias assistentes sociais nos entregaram esta camiseta em função de toda essa campanha

nacional. Já manifestaram o nosso empenho na aprovação e na defesa desta lei.

Quero fazer um breve comentário sobre o que significa a luta das 30 horas, para que não façamos apenas uma luta separada, pontual, de uma categoria.

É fundamental que os prefeitos programem essa lei, porque estamos avançando em várias categorias. A Educação conseguiu conquistar o seu piso, pelo menos na lei, pois na carreira ainda estamos em negociação. Conquistou também um terço de hora atividade. Temos a categoria dos enfermeiros discutindo as 30 horas e o debate dos jornalistas também com relação às 30 horas. Temos necessidade de avançar na efetivação de uma política pública para a assistente social.

Quem executa, elabora, propõe essas políticas nos municípios, nas gestões públicas e em muitas dessas empresas são os assistentes sociais. Desta forma manifestar-me-ei com relação a esta lei da mesma forma que disse aos trabalhadores da assistência social no município de Xanxerê, hoje pela manhã.

Temos que lutar para garantir que os trabalhadores das diferentes categorias possam conquistar não só o direito de trabalhar, mas de ter acesso e tempo livre para o lazer, para a cultura, para o conhecimento, para a tecnologia, para o acesso a outras dimensões que o ser humano tem direito. Essa é uma luta de todas as categorias, de todos os trabalhadores.

Portanto, se os servidores da área social estão hoje fazendo essa luta, aprovamos, apoiamos e vamos nos empenhar no sentido de que seja uma conquista, mas não podemos fechar os olhos para outras categorias de trabalhadores que também merecem o nosso reconhecimento.

Quero fazer menção especial aos agricultores e agricultoras, porque sabemos que esse setor é fundamental para o desenvolvimento do nosso estado, e eles trabalham muito mais do que 12 horas. Sabemos que quem é agricultor não tem tempo máximo, trabalha todos os dias, com sol, com chuva, sábado, domingo, não tem férias, 13º salário nem fundo de garantia.

Portanto, quando fazemos a luta pelos servidores da área social é no sentido de contribuir para que o conjunto da sociedade aos poucos vá mudando o cenário para que todas as categorias de trabalhadores possam ser beneficiadas. Então, não é uma luta isolada, é uma luta que precisa ser somada às demais.

Eu dizia aos servidores da área social que eles precisam ser solidários com os agricultores, quando fizerem a luta, para que neste país tenhamos uma renda melhor, um subsídio aos agricultores, uma renda fixa mensal. E que aí, sim, eles possam ter o direito de dizer que vão trabalhar menos na sua propriedade.

O magistério hoje acaba trabalhando 60 horas, porque não consegue ter uma renda digna na sua carga horária de 40 horas.

Então, quando discutimos a área social, precisamos ter a dimensão da totalidade de outros trabalhadores que também trabalham demais. E não é justo com os trabalhadores, não é justo com seus filhos e não é bom para as suas famílias.

Neste sentido, queremos nos solidarizar. Inclusive, como presidente da comissão dos Direitos e Garantias

solicitamos a esta Casa um parecer jurídico sobre a lei federal. E com base nesse parecer jurídico encaminhamos aos municípios, à Fecam, para que possam implementar essa lei e de fato viabilizar aqui aos poucos, para que todas as categorias possam, sem redução de salários, ter uma condição de vida mais justa.

É importante dizer que a exemplo do Magistério, também na área social mais de 90% são mulheres que acumulam a tarefa da profissão junto com a tarefa da casa, do lar. Nesse sentido, essa luta é muito importante. Ela tem que se solidarizar às demais lutas por 40 horas que estão em trâmite no Congresso.

Sabemos que é uma discussão complexa, há vários questionamentos, mas defendendo 40 horas, porque acho que não nascemos nesta vida só para trabalhar; como disse Domenico De Masi, temos que ter o ócio para sermos criativos, para não nos sobrecarregarmos, para podermos ter condições de acompanhar nossos filhos, a vida em comunidade e a gestão das políticas públicas.

Então, quero fazer esse registro tendo presente essa complexidade. Temos a luta das 40 horas, a luta das 30 horas, e nem uma nem outra se opõe. Poderíamos dizer que se for 40 horas haverá desemprego. Essa história já ouvi antes, pois quando eram 44 horas diminuíram para 40 horas, e também tínhamos esse debate. O mercado se ajusta, acaba se reorganizando e não há grandes problemas. Agora, é fundamental que façamos esse debate.

Quero aproveitar, presidente, para registrar a presença do nosso querido companheiro Djalma, que representa a prefeitura de São Miguel D'Oeste. Seja bem-vindo.

Um grande abraço!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Gilmar Knaesel, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KANESEL - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, demais colegas deputados, deputado Dóia Guglielmi, catarinenses que acompanham a nossa sessão, quero dar conhecimento, primeiramente, ao plenário, e também aos jornais da Casa que estarei ausente do país, e conseqüentemente do plenário, a partir de amanhã, para uma viagem de ordem pessoal, num primeiro momento. Estarei em Nova Iorque na quinta, sexta, sábado e domingo por motivos particulares e depois, a partir de segunda-feira, viajo para Quebec, no Canadá, onde participarei da 11ª Assembleia Geral da Copa, que é a Confederação Parlamentar das Américas, que reúne todos os deputados estaduais, distritais, regionais da América, que se tem encontrado com o objetivo de discutir temas de importante relevância, no que diz respeito à atuação parlamentar. Mas, acima de tudo, em termos econômicos,

políticos, diz respeito aos parlamentares regionais e estaduais.

Estará acontecendo também a 10ª Reunião Anual da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas. Já tive oportunidade de participar deste evento em 2000, quando fui presidente desta Casa. E tenho sido um incentivador, ao longo desses anos, da participação dos parlamentares da Assembleia Legislativa no sentido de haver essa integração.

Estarei presente como presidente da UPM. A representação do Brasil será em torno de 20 deputados estaduais, que já confirmaram a presença, e também de parlamentares da Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, que estão filiados à UPM. Portanto, estaremos também como presidente desta instituição presente a essa importante reunião.

Gostaria também de fazer uma abordagem, sr. presidente, sobre um assunto que tem sido pauta nos últimos dias, na imprensa estadual, no que diz respeito à Assembleia Legislativa. Parece-me que todos os olhares da imprensa catarinense estão voltados para a Casa mais democrática, mais transparente, que é a Assembleia Legislativa, e uma das instituições mais importantes da nossa democracia.

Quando falo desta Casa, refiro-me aos 40 deputados estaduais legitimamente eleitos, deputado Dóia Guglielmi, à nossa representação através do voto popular. E estamos aqui devendo, sim, o compromisso que juramos no momento da nossa posse, acima de tudo, amparados pela Constituição Estadual, pelo nosso Regimento Interno, para fazer a nossa atuação parlamentar, que não se resume apenas a legislar, fazer leis ou alterar leis, mas também fiscalizar e, acima de tudo, fazer também a representação política, institucional, tanto partidária, quanto pessoal e regional. Mas falo também dos servidores comissionados e dos servidores concursados, efetivos, desta Casa a quem, ao longo desse tempo que estou aqui, há mais de 20 anos, aprendi a admirar, especialmente os servidores efetivos que aqui trabalham, dando-nos todo o apoio em nosso mandato, tanto nas questões técnicas, administrativas, como também nas questões políticas. Mas parece-me que há uma caça a fantasmas, à bruxaria, enfim, sei lá qual é a expressão correta.

Hoje, sinto que os servidores, assim como os parlamentares, estão todos

frustrados com essa ação que parece ser deliberada, no sentido de enfraquecer o Parlamento quando se procura apenas olhar as exceções que infelizmente existem, mas não se valoriza o que é ético, o que acontece de bom no dia a dia, que são mais de 90% das situações, e gostaria de salientar isso, com certeza.

Quero aqui dar alguns exemplos, deputado Dóia Guglielmi: quando presidente desta Casa atuamos de modo que a Assembleia pudesse abrir para o acompanhamento da sociedade catarinense e de nossos eleitores e criamos a TVAL, hoje conhecida e reconhecida como instrumento que dá suporte a esta transparência, assim como a Rádio Alesc Digital, a primeira em nível de Brasil, possibilitando a qualquer cidadão acompanhar a ação parlamentar, de qualquer canto do Brasil ou do mundo, pela internet, especialmente os catarinenses. Criamos também o nosso jornal informativo semanal que coloca os destaques que acontecem aqui, além, claro, de outros mecanismos que criamos à época para a famosa transparência que agora todos usam como o grande responsável por esta ação, digamos assim, deste olhar sobre a Assembleia Legislativa.

Então, volto a dizer, isso não se refere só a respeito dos deputados, mas a TVAL mostra também o trabalho dos servidores, das demais partes desta Casa, como as áreas administrativas, técnicas, tanto dos comissionados, como dos efetivos. Mas em todos esses projetos que pude realizar, além do apoio dos 40 deputados daquela época, tive também a participação, a colaboração decisiva dos servidores, porque eles, na verdade, muitas vezes nos trouxeram a ideia e foram responsáveis pela implementação dessas ideias.

Então, gostaria de pessoalmente fazer esse reconhecimento aos servidores desta Casa que trabalham, que se dedicam, que são responsáveis pelo nível da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina. Inclusive, estou aqui há tanto tempo, posso dizer, com toda a certeza, que tenho tido a oportunidade de convergir e interagir com outras Assembleias Legislativas deste país e, portanto, dizer que somos um grande exemplo de dedicação, funcionamento, trabalho, ética e não merecemos esse ataque que está sendo feito a toda esta Casa, sem separar o joio do trigo.

Quero fazer esta manifestação, porque acho um dever de consciência, pois

conversei com muitas pessoas hoje lá de fora que pensam que aqui é um antro, que somente há fantasmas, que aqui ninguém trabalha, que deputado viaja por lazer, que deputado pega diária para passear, o que não é verdade.

A verdade é que quando saímos daqui estamos representando o Poder, estamos trabalhando no debate nas regiões, muitas vezes participando de levantes comunitários, mas isso faz parte do nosso trabalho parlamentar. Isso também é cidadania, isso também faz parte da representação política.

Quero fazer esse desabafo, porque sinto que hoje a grande maioria dos servidores, como eu, pessoalmente, estou com vontade de largar a vida política por esse processo de incompreensão.

E aí inventam uma federação, sobre a qual já nos posicionamos, um tal medidor de avaliação do deputado, e parece que vai voltar amanhã. Quero consignar em ata, que entrarei com uma ação judicial para que meu nome seja excluído dessa medição, porque ela não tem autonomia, não tem legalidade, não tem legitimidade para medir a minha atuação. Quem tem legitimidade para isso é o meu leitor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 79ª sessão ordinária de 31/08/2011:

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0324/2010;

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei Complementar n.s: 0020/2009 e 0027/2011;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0129/2011;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0172/2011; e

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s: 0294/2011 e 0338/2011.

Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência, antes de encerrar esta sessão, convoca outra, especial, para as 19h, em homenagem ao Tribunal Administrativo Tributário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 036-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gilmar Knaesel para ausentar-se do País, no período de 31 de agosto a 12 de setembro do

corrente ano, a fim de participar da Conferência Parlamentar das Américas - COPA 2011, na cidade de Québec, Canadá. PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 9 de agosto de 2011

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 22ª REUNIÃO DE ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 30 DE AGOSTO DE 2011.

Às nove horas do dia trinta de agosto do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Luiz Eduardo Cheren, Adilor Guglielmi, José Nei Alberton Ascari, Joares Ponticelli, Elizeu Mattos, Volnei Morastoni, Neodi Saretta substituindo Deputado Dirceu Dresch. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em votação a ata da 21ª reunião ordinária que colocada em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. **O Deputado Elizeu Mattos** relatou o Projeto de Lei de nº 0260.8/2011, exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0336.0/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Volnei Morastoni e o Projeto de Lei de nº 0234.6/2011 devolve sem manifestação o pedido de vista, que posto em discussão e votação, foi aprovado o parecer do Deputado Sargento Amauri Soares. **O Deputado Adilor Guglielmi** relatou o Projeto de Lei de nº 0182.0/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0141.2/2011 exarou parecer favorável, que posto e discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Elizeu Mattos e o Projeto de Emenda Constitucional de nº 006.4/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista coletiva em gabinete a todos os membros da Comissão. **O Deputado Luiz Eduardo Cheren** relatou o Projeto de Lei de nº 0315.6/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0309.8/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; o Projeto de Lei de nº 0306.5/2011 exarou parecer pelo apensamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0333.8/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Volnei Morastoni** relatou o Projeto de Lei de nº 0258.3/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Joares Ponticelli** relatou o Projeto de Lei de nº 0370.2/2011, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0171.8/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Volnei Morastoni; o Projeto de Lei de nº 0284.5/2011 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0027.7/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon** relatou o Ofício de nº 0572.6/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício de nº 0580.6/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei de nºs 0321.4/2011, 0338.2/2011; 0172.9/2011 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0322.5/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0307.6/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ao final o Presidente deliberou juntamente com os membros da Comissão o prazo final, dia 13 de setembro de 2011, para apresentação de emendas ao Projeto de Emenda Constitucional nº 007/2011 e o Projeto de Lei de nº 0236/2011, e a votação das respectivas proposições será realizada no dia 20 de setembro de 2011, em reunião conjunta com as Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, no qual, eu, Robério de Souza, chefe da Secretaria, lavrei a

presença ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 2011.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO DE SIMULTÂNEA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 14H00 DO DIA 31 DE AGOSTO DE 2011.

Às quinze horas e trinta minutos do dia trinta e um de agosto do ano de dois mil e onze, sob a presidência do Deputado Romildo Titon reuniram-se à Comissão de Constituição e Justiça com a presença dos senhores deputados: Elizeu Mattos, Dirceu Dresch, Sargento Amauri Soares, Joares Ponticelli, Adilor Guglielmi, Volnei Morastoni, José Nei Alberton Ascari, Joares Ponticelli e a Comissão de Finanças e Tributação sob a presidência do Deputado Darci de Matos, com a presença dos senhores deputados: Aldo Schneider, Daniel Tozzo, Luciane Maria Carminatti, Manoel Motta, Neodi Saretta, Silvio Dreveck. Aberto os trabalhos o Presidente Romildo Titon colocou em discussão e votação o Projeto de Resolução de nº 0003.4/2011 relatado pelo Deputado José Nei Ascari, com parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Presidente Darci de Mattos, colocou em discussão e votação o Projeto de Resolução de nº 0003.4/2011 relatado pelo Deputado Silvio Dreveck, exarou parecer favorável com emenda substitutiva global convalidada na Comissão de Constituição e Justiça, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar os senhores presidentes encerraram a reunião às 16h30min, agradeceram a presença dos senhores deputados, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria da Comissão de Constituição e Justiça lavrei a ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros das respectivas comissões, será assinada pelos senhores presidentes e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 2011.

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Deputado Darci de Matos

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que licitação na modalidade:

CONCORRÊNCIA TÉCNICA E PREÇO Nº 001/2011

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA TEVE A DATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES ALTERADA PARA O DIA 18/10/2011.

RETIRADA DO EDITAL: O Edital com as alterações poderá ser retirado junto à Coordenadoria de Recursos Materiais da ALESC, localizada na Avenida Hercílio Luz nº 301, Centro, Florianópolis, Santa Catarina, Edifício João Cascaes, 6º Andar, telefones: (48) 3221-2536, 3221-2537, fac-símile (48) 3221-2538; no horário de expediente compreendido entre 07h e 18h e na página de internet da ALESC ().

ENTREGA DOS ENVELOPES: Na Gerência de Protocolo da ALESC, localizada na Rua Dr. Jorge da Luz Fontes nº 310, Palácio Barriga-Verde, Andar térreo, Sala nº 21, até a data e hora do recebimento **(DIA 18/10/2011 ATÉ ÀS 9:00 HORAS)**.

Florianópolis, 1º de setembro de 2011.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO**AVISO DE RESULTADO**

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 2605/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 027/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFEÇÃO DO LIVRO DE ACERVO DE OBRAS DE ARTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

ITEM ÚNICO:

Vencedora: LISEGRAFF GRAFICA E EDITORA LTDA

Valor unitário do Último Lance: R\$ 78,00

Valor global do Último Lance: R\$ 78.000,00

Florianópolis, 1º de setembro de 2011

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE

PREGOEIRA

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 2660, de 01 de setembro de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MARCOS RAMOS DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jean Kuhlmann).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2661, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **FABIANO HENRIQUE DA SILVA SOUZA**, matrícula nº 3781, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Liderança do PMDB).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2662, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MARTA DO PRADO**, matrícula nº 6106, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-44, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Liderança do PMDB).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2663, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LAINE MARIA DE NADAL, matrícula nº 2597, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-73, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de setembro de 2011 (Liderança do PMDB).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2664, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato de Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **MANSUR MELQUIADES ELIAS**, matrícula nº 1574, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Serviços Técnicos, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, EDENILSO JOSE ACORSI, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 01 de setembro de 2011 (DA - Coordenadoria de Serviços Técnicos).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2665, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **HUMBERTO MACHADO FILHO**, matrícula nº 6331, na DTI - CPD - Gerência de Suporte e Treinamento.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2666, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **CLAUDINEI DA SILVA**, matrícula nº 6855, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2667, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MARIA DE LOURDES FUSINATO CIRICO**, matrícula nº 6606, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2668, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MARLENE POLEZA**, matrícula nº 6926, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2669, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RODRIGO DE SOUZA**, matrícula nº 6881, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2670, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RODRIGO DE SOUZA, matrícula nº 6881, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Carlos Chiodini).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2671, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ALMIR CIRICO**, matrícula nº 6770, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Carlos Chiodini).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2672, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ALMIR CIRICO, matrícula nº 6770, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2673, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR FABIANO HENRIQUE DA SILVA SOUZA, matrícula nº 3781, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2674, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARTA DO PRADO, matrícula nº 6106, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2675, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **ALEXANDRE MELO**, matrícula nº 2125, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria Técnica Administrativa - Impressão e Acabamento, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MAURECI VIEIRA, por 60 (sessenta dias), a contar de 01/09/2011 (DTI - Coordenadoria de Serviços Gráficos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2676, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **MAURECI VIEIRA**, matrícula nº 1593, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Seção de Serviços Gráficos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ANGELINO SÁVIO QUARTIERO, que se encontra em fruição de Licença-Prêmio por 60 (sessenta dias), a contar de 01 de setembro de 2011 (DTI - Coordenadoria de Serviços Gráficos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2677, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **MARCIO FERREIRA**, matrícula nº 1903, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Contabilidade, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, Carlos Antônio dos Santos, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 01/09/2011 (DF - Coordenadoria de Contabilidade).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2678, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1892	Mônica Machado Meyer	07	10/08/11	1386/2011
1848	Ivan Althoff de Medeiros	60	10/08/11	1385/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2679, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1892	Mônica Machado Meyer	45	17/08/11	1388/2011
1386	Liana Valesca Furtado Tounier Bianchi	90	27/08/11	1392/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2680, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1588	Zenaide Meyer	20	16/08/11	1387/2011
1282	Richard Silva	60	18/08/11	1389/2011
0519	Alberto Neves	60	19/08/11	1390/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2681, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1394/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **PEDRO IDERALDO SAMPAIO**, matrícula nº 0980, por 30 (trinta) dias, a contar de 1º de setembro de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2682, de 01 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1959	Zilá Falck Bortolini	05	26/08/11	1391/2011
1749	Sandra Mara Coelho	05	29/08/11	1393/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 370/11

Declara de utilidade pública o Centro Social Lupércio de Oliveira Koêche - CESLOK, com sede no município de Lages.

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro Social Lupércio de Oliveira Koêche - CESLOK, com sede no município de Lages.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125/10;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Elizeu Mattos

Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 01/09/11

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por escopo declarar de Utilidade Pública Estadual o Centro Social Lupércio de Oliveira Koêche - CESLOK, instituição sem fins lucrativos, tendo em vista os relevantes serviços prestados a comunidade, conforme se pode aferir através da documentação acostada ao presente.

Destaca-se que a entidade possui como finalidade coordenar, criar e incentivar obras de assistência social e formas de promoção da comunidade, conferindo especial atenção às pessoas carentes. Importante frisar ainda que as ações assistenciais (alimentos, agasalhos, sanitária e médica) promovidas pela instituição são gratuitas.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-la, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 371/11

Institui a obrigatoriedade de aquecedor solar para aquecimento de água em projetos de habitação popular em Santa Catarina.

Art. 1º As unidades residenciais dos programas de habitação popular financiados pelo Poder Público terão que, obrigatoriamente, prever a instalação de aquecedor solar para aquecimento de água em seus projetos de construção.

Parágrafo único - Entendem-se como financiados pelo Poder Público, todos os programas de habitação popular que forem realizados, totalmente ou parcialmente, com recursos públicos oriundos da administração direta ou indireta da União, do Estado ou dos Municípios.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, a definição de aquecedor solar seguirá as regras definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de agosto de 2011.

Deputada Luciane Carminatti

Lido no Expediente

Sessão de 01/09/11

JUSTIFICATIVA

Esta proposição visa instituir a necessidade de se criarem incentivos aos aquecedores solares para substituírem os chuveiros elétricos tradicionais em habitações populares construídas com recursos públicos (federais, estaduais e municipais) em Santa Catarina.

Isso deve ser uma questão de estratégia que se justifica não só pela perspectiva da economia de energia, mas também pela diminuição de emissão de gases de efeito estufa e pela geração de emprego e renda, principalmente para a população de baixa renda.

Neste contexto, para se permitir uma difusão desta tecnologia, o principal ponto a ser considerado é a normatização dos projetos arquitetônicos das habitações populares em Santa Catarina, visando possibilitar a instalação de sistemas de aquecimento de água solar.

Há várias razões que justificam a aprovação desta Lei, cujo principal objetivo é dar um primeiro e importante passo para que Santa Catarina possa definitivamente caminhar em direção à adoção de políticas públicas efetivas para uso de energias limpas e renováveis, e com imediato alcance social.

O uso de aquecedores solares em habitações populares e o incentivo ao uso desse sistema em edificações em geral, constituem-se nas medidas de curto prazo mais apropriadas para iniciar este processo fundamental para o Estado e o País.

Pelas razões aqui expostas, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 372/11

Proíbe a venda, a oferta, o fornecimento, a entrega e a permissão de consumo de bebidas alcoólicas, mesmo que gratuitamente, aos menores de dezoito anos de idade no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica proibido vender, ofertar, fornecer, entregar, mesmo que gratuitamente, e permitir o consumo de bebidas alcoólicas aos menores de dezoito anos de idade no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A proibição de que trata este artigo abrange todos os estabelecimentos comerciais, coletivos, públicos e ambulantes.

Art. 2º A proibição prevista no artigo anterior implica o dever de cuidado, proteção e vigilância por parte dos responsáveis pelos estabelecimentos, que devem afixar avisos de proibição de que trata o art. 1º desta Lei, em tamanho e local de ampla visibilidade, com expressa referência a esta Lei e ao art. 243 da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 3º A fiscalização do disposto nesta Lei será realizada pelos órgão estadual de defesa do consumidor em conjunto com a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 4º O descumprimento ao disposto nesta Lei acarretará aos estabelecimentos as seguintes sanções:

I - multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

II - multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e suspensão do Alvará de Funcionamento por trinta dias na reincidência; e

III - multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e cassação do Alvará de Funcionamento na segunda reincidência.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Estadual.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Dado Chereim

Lido no Expediente

Sessão de 01/09/11

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem o objetivo de proibir a venda de bebidas alcoólicas aos jovens e adolescentes menores de dezoito anos de idade no âmbito do Estado de Santa Catarina, assegurando assim, tal como determina a Constituição Federal, o direito à vida, à dignidade e à saúde.

De acordo com a Associação Brasileira de Estudos do Alcool e outras Drogas - Abead, em recentes pesquisas constatou-se que o volume de bebidas alcoólicas consumido pela população brasileira com idade entre 14 de 18 anos de idade chega ao alarmante percentual de 6% (seis por cento).

Estudos técnicos demonstram que, quando consumido antes dos 15 anos, o álcool apresenta maior probabilidade de tornar o adulto dependente, ocasionando, ainda, um aumento em até 50% dos males ligados a este consumo, que reduz drasticamente quando o consumo se inicia após os 18 anos.

Ainda, o forte apelo comercial por intermédio das propagandas, seja na mídia escrita, falada ou televisiva, associando a bebida à imagem de liberdade e *status*, consegue persuadir os jovens a consumirem bebidas alcoólicas cada vez mais cedo.

Pelos motivos apontados, e por entender que a presente proposição é totalmente constitucional e encontra abrigo em harmonia com nosso Regimento Interno, solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei, para que possamos extinguir este mal da vida dos jovens catarinenses.

*** X X X ***

RELATÓRIO

RELATÓRIO DAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 1/7/2011 À 31/8/2011

Quantidade	Material	Fornecedor	Valor Un.	Valor Total
1	APARELHO DE CELULAR SAMSUNG E-2152 DUOS LITE.	ALVES LTDA	R\$ 369,00	R\$ 369,00
1	ASSINATURA DO JORNAL FOLHASETE	EDITORA BELOS MONTES LTDA-ME	R\$ 180,00	R\$ 180,00
22,03	APLICAÇÃO DE PELÍCULAS	DAILHA COMERCIO E COLOCAÇÃO DE PELÍCULAS LTDA ME.	R\$ 35,00	R\$ 771,05
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE ISOLAMENTO TÉRMICO NO FORRO(LAJE) DO CPD DA DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES	UNICA CONSTRUÇÕES E ESTRUTURAS LTDA - EPP	R\$ 7.928,00	R\$ 7.928,00
4	ACIONADOR PARA BOTÃO LX300 DA CABINA	CONSESC & NACIONAL ELEVADORES LTDA.-ME	R\$ 9,30	R\$ 37,20
5	PASTA EM PAPELAO PARA DOCUMENTOS C/BOLSO COM LOGOTIPO DA ALESC	CATARINA BELLETTI FRANCISCO - EPP	R\$ 1.190,00	R\$ 5.950,00
1	LIVRO LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATO ADMINISTRATIVO - 2ª EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA - 2011 - JOEL DE MENEZES NIEBUHR - EDITORA FÓRUM.	LIVRARIA LIVROS & LIVROS LTDA - (CAMPUS UNIVERSITÁRIO)	R\$ 157,01	R\$ 157,01
1	LIVRO DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PÚBLICA - 3ª EDIÇÃO - REVISTA E AMPLIADA - 2011 - EDITORA FÓRUM.	LIVRARIA LIVROS & LIVROS LTDA - (CAMPUS UNIVERSITÁRIO)	R\$ 70,22	R\$ 70,22
5	ASSINATURA DO JORNAL CORREIO OTACILIENSE	BEM CAMPEIRO EDITORA E PUBLICIDADES LTDA.	R\$ 280,00	R\$ 1.400,00
5	ROLO DE PLÁSTICO BOLHA ATOXICO 120CMX100MT	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 61,00	R\$ 305,00
1	TINTA ACRÍLICA FOSCA 18 LITROS BRANCO NEVE	R.R COMERCIO DE TINTAS LTDA.	R\$ 220,87	R\$ 220,87
70	LIVRO: CORRUPÇÃO, ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E EDUCAÇÃO (AFFONSO GHIZZO NETO, ED LUMEN JURIS/RJ)	LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA	R\$ 55,00	R\$ 3.850,00
1	ASSINATURA DO JORNAL CORREIO DO OESTE	D' LUCCA NOTÍCIAS LTDA	R\$ 250,00	R\$ 250,00
1	ASSINATURA DO JORNAL GAZETA CATARINENSE	EDITORA JORNALÍSTICA FAC	R\$ 360,00	R\$ 360,00
1	ASSINATURA DO JORNAL FOLHA DO OESTE	EDITORA JORNALÍSTICA FOLHA DO OESTE CATARINENSE LTDA	R\$ 320,00	R\$ 320,00
1	ASSINATURA DO JORNAL NOVOESTE	EDITORA JORNALÍSTICA NOVOESTE LTDA	R\$ 380,12	R\$ 380,12
1	ASSINATURA DO JORNAL SENTINELA DO OESTE	EDITORA SENTINELA DO OESTE LTDA ME	R\$ 199,80	R\$ 199,80
1	ASSINATURA DO JORNAL A SUA VOZ	EMPRESA JORNALÍSTICA A SUA VOZ LTDA ME	R\$ 480,00	R\$ 480,00
1	ASSINATURA DO JORNAL FORÇA D'OESTE	EMPRESA JORNALÍSTICA FORÇA DO OESTE LTDA-ME	R\$ 150,00	R\$ 150,00
1	ASSINATURA DO JORNAL EXPRESSÃO	EMPRESA JORNALÍSTICA JORNAL EXPRESSÃO LTDA	R\$ 190,00	R\$ 190,00
1	ASSINATURA DO JORNAL DESTAQUE REGIONAL	JORNAL DESTAQUE REGIONAL LTDA ME	R\$ 250,00	R\$ 250,00
1	ASSINATURA DO JORNAL EXPRESSO DO OESTE	TEREZINHA DEVITTE ME	R\$ 200,00	R\$ 200,00
40	RENOVAÇÃO DE ASSINATURA JORNAL NOSSA FOLHA	JOÃO AGENOR ALBINO ME	R\$ 134,00	R\$ 5.360,00

1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	VALÉRIA CORRÊA PRÁ ZACACRON - PIS:1700594268-8	R\$ 2.194,80	R\$ 2.194,80
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	COSTA SUL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	R\$ 630,80	R\$ 630,80
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MARIA HELENA PASQUALLOTTO RIBEIRO PIS:12330192349	R\$ 2.625,00	R\$ 2.625,00
1	DESUMIDIFICADORA DE PAPEL COM CAPACIDADE PARA 1500 FOLHAS.	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 172,00	R\$ 172,00
1	LOCAÇÃO DE SERVIÇO DE SOM	DECÂNDIDO & CIA LTDA-ME	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
5	ENVELOPE DE SOBRECARTA COM TIMBRE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - ESTADO DE SANTA CATARINA.	CATARINA BELLETTI FRANCISCO - EPP	R\$ 345,00	R\$ 1.725,00
8	PAPEL OFF SET VERDE 180 GM² FORMATO 50 X 66	CATARINA BELLETTI FRANCISCO - EPP	R\$ 70,00	R\$ 560,00
8	PAPEL OFF SET VERMELHO 180GM² FORMATO 50 X 66	CATARINA BELLETTI FRANCISCO - EPP	R\$ 348,00	R\$ 2.784,00
4	TINTA ESMALTE SINTETICO ACETINADO 3,6 LITROS NA COR BRANCA, A BASE DE SOLVENTE	R.R COMERCIO DE TINTAS LTDA.	R\$ 66,99	R\$ 267,96
1100	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CADEIRAS	CHOPERIA CHOPP CHAPLIN LTDA	R\$ 1,50	R\$ 1.650,00
60	REATOR ELETRÔNICO 2X20W T8	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R\$ 19,00	R\$ 1.140,00
40	REATOR ELETRÔNICO 2X16 W T8.	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R\$ 19,00	R\$ 760,00
1	COLA DE ADESIVO DE CONTATO 2,80 KG (CASCOLA EXTRA)	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 43,90	R\$ 43,90
2	MASSA PLÁSTICA BLACK SOLDA	R.R COMERCIO DE TINTAS LTDA.	R\$ 13,60	R\$ 27,20
8	VIDRO NIVELADOR VISOR PARA CAFETEIRA	NOSSA LOJA COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP	R\$ 10,00	R\$ 80,00
60	CONTRATAÇÃO DE COFFEE BREAK	J.J. FIUZA LTDA	R\$ 10,00	R\$ 600,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MELISSA FIGUEIREDO SILVESTRE - PIS-141.55726.72-2	R\$ 685,00	R\$ 685,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	ALESSANDRA REGINA FABRIS DE ARAUJO FIGUEIREDO - PIS- 126-67443.72.3	R\$ 685,00	R\$ 685,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MÁVIA APARECIDA MAIER PIS: 180.139.299.79-01	R\$ 685,00	R\$ 685,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	GRASIELA GROSSELLI - PIS- 127.78388.71-2	R\$ 685,00	R\$ 685,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	TÂMUYTA ROSA FÁVERO PIS:146.283.4827-4	R\$ 685,00	R\$ 685,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	VERA REGINA GOULART- PIS-12167422204	R\$ 685,00	R\$ 685,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	H DANTAS & DANTAS LTDA-ME	R\$ 850,00	R\$ 850,00
1	CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL: TABELAS SISTEMÁTICAS: 2ª EDIÇÃO-PADRÃO INTERNACIONAL EM LÍNGUA PORTUGUESA - 2 VOLUMES.	INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIENCIA E TECNOLOGIA	R\$ 540,00	R\$ 540,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	SERGIO CORDIOLI	R\$ 2.390,00	R\$ 2.390,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	LORO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	ELIZABETE CRISTINA DA LUZ 00537469966	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
1	ASSINATURA DO JORNAL A FONTE	EMPRESA JORNALÍSTICA A FONTE LTDA	R\$ 220,00	R\$ 220,00
2	TORNEIRA ELÉTRICA MÓVEL PARA PIA	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 147,96	R\$ 295,92
1	ASSINATURA DO JORNAL CORREIO CATARINA	EDU ART LTDA - SOLUCOES DIGITAIS - ME	R\$ 250,00	R\$ 250,00
44	AQUISIÇÃO COM COLOCAÇÃO DE VIDRO TRANSPARENTE 4 MM, MEDINDO 100 X 65 CM.	EDEMIR PERIM VOLPATO ME	R\$ 65,00	R\$ 2.860,00
44	AQUISIÇÃO COM COLOCAÇÃO DE VIDRO TRANSPARENTE 4 MM, MEDINDO 66 X 65 CM.	EDEMIR PERIM VOLPATO ME	R\$ 45,50	R\$ 2.002,00
13	AQUISIÇÃO COM COLOCAÇÃO DE VIDRO TRANSPARENTE 4 MM, MEDINDO 125 X 85 CM.	EDEMIR PERIM VOLPATO ME	R\$ 106,15	R\$ 1.379,95
13	AQUISIÇÃO COM COLOCAÇÃO DE VIDRO TRANSPARENTE 4 MM, MEDINDO 125 X 65 CM.	EDEMIR PERIM VOLPATO ME	R\$ 81,23	R\$ 1.055,99
500	MÓDULO PARA TOMADA 2 P+T, PLUS VM, CÓDIGO 615079, NA COR VERMELHA.	ERNEI JOSÉ SCHIMTT ME	R\$ 10,25	R\$ 5.125,00
500	PLACAS PARA 02 TOMADAS, PLUS BR 4 X 2, CÓDIGO 618506, NA COR BRANCA.	ERNEI JOSÉ SCHIMTT ME	R\$ 2,70	R\$ 1.350,00
30	BOMBONA PLÁSTICA DE 20 LITROS, PARA ARMAZENAMENTO DE ÁGUA MINERAL	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R\$ 15,70	R\$ 471,00
3	MESA DE ÁUDIO BEHRINGER XENYX 1204 USB	BIANCHINI E CIA LTDA (MENSAGEIRO MUSICAL)	R\$ 599,00	R\$ 1.797,00
1	REGISTRO DE PRESSAO DE 25MM	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 13,22	R\$ 13,22
1	BRACO PARA CHUVEIRO	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 5,44	R\$ 5,44
1	ASSINATURA DO JORNAL CORREIO ABELARDENSE	AGÊNCIA DE NOTÍCIAS TALK SHOW LTDA	R\$ 250,00	R\$ 250,00
400	LEITE IN NATURA E DERIVADOS INTEGRAL ESTERELIZADO(TIPO LONGA VIDA) EMB.C/1 LITRO	ATACADO DE ALIMENTOS SOUZA LTDA	R\$ 2,15	R\$ 860,00
1	ASSINATURA DO JORNAL A FONTE	EMPRESA JORNALÍSTICA A FONTE LTDA	R\$ 220,00	R\$ 220,00
10	COBERTOR PARATY 1,80 x 2,20,CM	COMERCIAL R. COSTA LTDA.	R\$ 20,00	R\$ 200,00
5	FITA ADESIVA PARA COLAGEM DE CARPET, DUPLA FACE ROLO 50MT X 5 MM	DIVIPISO DIVISÓRIAS E PISOS LTDA.	R\$ 50,00	R\$ 250,00
2	PRODUÇÃO E IMPRESSÃO DE PAINÉIS FOTOGRÁFICOS	NSM DINIZ ME	R\$ 650,00	R\$ 1.300,00
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	BLUE TREE HOTELS E RESORTS S.A	R\$ 687,29	R\$ 687,29
1	COTA DE PARTICIPAÇÃO DA ALESC NO XIV SIMPÓSIO SOBRE DOENÇA DE ALZHEIMER.	ABRAZ-SC ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALZHEIMER E DOENÇAS SIMILARES	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00
1	LOCAÇÃO DE SALA	CENTRO DE FORMAÇÃO E TURISMO LTDA	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00

1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	RUI RICARD DA LUZ	R\$ 600,00	R\$ 600,00
86	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAROPABA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 17,10	R\$ 1.470,60
42	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAMBOA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 13,05	R\$ 548,10
20	ASSINATURA DO JORNAL O DIÁRIO	EDITORA GRAFICA O DIARIO LTDA	R\$ 300,00	R\$ 6.000,00
2	CANETA PARA CD/DVD PONTA MÉDIA, APROXIMADAMENTE 1,0MM, CAIXA COM 12 UNIDADES	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP	R\$ 36,95	R\$ 73,90
1	CONCERTO DE CALCULADORA ELETRÔNICA	OFICINA SCHLEMPER LTDA.	R\$ 120,00	R\$ 120,00
1	VALE TRANSPORTE MUNICIPAL DIVERSOS - GRANDE FLORIANÓPOLIS	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DA GRANDE FLORIANOPOLIS	R\$ 1.614,90	R\$ 1.614,90
150	TRAVA PORTA (PRENDEDOR) PRENDEDOR PISO-TETO (BATENTE PORTA-FIXADOR)	SUPERMATEC SUPERMERCADÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 8,90	R\$ 1.335,00
1	SERVIÇO DE RETIRADA E COLOCAÇÃO DE PORTA DE VIDRO TEMPERADO, COM REGULAGEM	EDEMIR PERIM VOLPATO ME	R\$ 180,00	R\$ 180,00
5	VALVULA PARA MICTÓRIO REF. 1181 (FABRIMAR)	RM.COM.DE MAT.HIDRAULICO LTDA	R\$ 157,00	R\$ 785,00
6	SENSOR PARA TORNEIRA BIVOLT 1180 C (DECALUX)	REGIS COM. E SERVIÇOS HIDRÁULICOS LTDA - ME	R\$ 59,00	R\$ 354,00
1	CHAVE HIDRA, PARA MANUTENÇÃO EM VALVULA DE DESCARGA COD. 454001	REGIS COM. E SERVIÇOS HIDRÁULICOS LTDA - ME	R\$ 60,00	R\$ 60,00
1	HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	BLUE TREE HOTELS E RESORTS S.A	R\$ 295,20	R\$ 295,20
1	HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	BLUE TREE HOTELS E RESORTS S.A	R\$ 695,08	R\$ 695,08
1	HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	BLUE TREE HOTELS E RESORTS S.A	R\$ 590,40	R\$ 590,40
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	DILVO RISTOFF	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
1	CHAVE GRIFO AJUSTAVEL, PARA LAVATORIO	J.M.C MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 24,90	R\$ 24,90
1	GRAVADOR VTR HDV	SEEGMA COMÉRCIO E TREINAMENTO EM INFORMÁTICA LTDA	R\$ 7.633,89	R\$ 7.633,89
30	POLTRONA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL PARA NOTEBOOK	GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA ME	R\$ 254,90	R\$ 7.647,00
1	LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO - ESPAÇOS SAMBAQUI 5 - CENTROSUL - EVENTO ADOÇÃO LAÇOS DE AMOR	CONSÓRCIO MAGNO MARTINS ENGENHARIA LTDA. E ETECOL CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
2	PASTA TIPO CERIMONIAL, EM COURO AZUL MARINHO, MEDINDO 26 X 35 CM, COM GRAVAÇÃO DO BRAZÃO DA ALESC.	SIRLEY MOREIRA PEREIRA CAMARGO	R\$ 104,60	R\$ 209,20
18	SUORTE PARA PLACA EM FORMA DE LONGARINA DE ENCAIXE, PARA IDENT. GAB 42 X 7,5 CM	CAMPOS PEREIRA CONSTRUÇÕES E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	R\$ 35,00	R\$ 630,00
5	PLACA EM AÇO ESCOVADO PARA IDENT. DE GAB. TAMANHO 16X13CM	CAMPOS PEREIRA CONSTRUÇÕES E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	R\$ 15,00	R\$ 75,00
60	PLACA EM AÇO ESCOVADO FORMATOEM V PARA IDENT. DE GAB. 16X13CM	CAMPOS PEREIRA CONSTRUÇÕES E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	R\$ 30,00	R\$ 1.800,00
24	PLACA DE AÇO ESCOVADO EM FORMA DE REGUA DE ENCAIXE, PARA IDENT DE GAB 34 X8 CM	CAMPOS PEREIRA CONSTRUÇÕES E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	R\$ 35,00	R\$ 840,00
26	PLACAS EM AÇO ESCOVADO PARA IDENT. DE GAB. 7,5 X 7,5CM	CAMPOS PEREIRA CONSTRUÇÕES E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	R\$ 22,00	R\$ 572,00
1	DESUMIDIFICADOR PARA PAPEL, COM CAPACIDADE DE 600 FOLHAS	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 150,50	R\$ 150,50
1	CORREIO LAGEANO	EDITORA REGIONAL DE NOTÍCIAS LTDA	R\$ 781,00	R\$ 781,00
40	RENOVAÇÃO DE ASSINATURA DO JORNAL VIDA & NATUREZA.	PAULO CHAGAS VARGAS ME	R\$ 131,50	R\$ 5.260,00
40	ASSINATURA DA REVISTA EXPRESSIVA	REVISTA EXPRESSIVA LTDA-ME	R\$ 173,00	R\$ 6.920,00
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	BLUE TREE HOTELS E RESORTS S.A	R\$ 339,28	R\$ 339,28
100	FITA RIBBON PARA IMPRESSORA ZEBRA TLP-2844, MEDINDO 110X74MM	GIANI CONCEIÇÃO VIEIRA EPT	R\$ 6,10	R\$ 610,00
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LAVAGEM, HIGIENIZAÇÃO E SECAGEM DE CARPET	CLEANING-DRY DO BRASIL LTDA - ME	R\$ 855,00	R\$ 855,00
286	COPIA DE CHAVE YALE	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 4,00	R\$ 1.144,00
30	ABERTURA DE CHAVE GAVETA COM CONFECÇÃO DE CHAVE.	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 25,00	R\$ 750,00
15	CONFECÇÃO DE CHAVE PARA FECHADURA	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 30,00	R\$ 450,00
10	CONCERTO DE FECHADURA TETRA COM CÓPIA CHAVE.	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 40,00	R\$ 400,00
25	CONCERTO DE FECHADURA SIMPLES COM CÓPIA CHAVE.	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 30,00	R\$ 750,00
1	HD EXTERNO DE 1 TB	SUPERINFO AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 289,00	R\$ 289,00
4	LUMINARIA DE SOBREPOR 2 X 40W, COMPLETA	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R\$ 80,00	R\$ 320,00
1	AZUL DE METILENO PÓ 100GR 1103640	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R\$ 36,00	R\$ 36,00
200	PATCH CORD U/UTP GIGALAN CAT6 2,5M AZUL	REAL TIME INFORMATICA LTDA.	R\$ 4,50	R\$ 900,00
2	FITA PARA RELÓGIO PROTOCOLIZADOR HENRY PROT	HAGA - REPRESENTAÇÕES, ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 35,00	R\$ 70,00
5	CABO VGA DBM15xDBM15	INFOSHOP INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 12,00	R\$ 60,00
5	CABO DVI-D M x DVI-D M	INFOSHOP INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 19,00	R\$ 95,00
1	CABO VGA DBM15 X DVI-D M	SUPERINFO AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 35,00	R\$ 35,00
1	NOTEBOOK HP PAVILION	MADEIREIRA HERVAL LTDA	R\$ 3.599,00	R\$ 3.599,00
1	MOUSE OPTICO WIRELESS LASER	MADEIREIRA HERVAL LTDA	R\$ 89,00	R\$ 89,00

1	SOLDA DE ESTANHO TIPO 60X40, 500 G., 1,0 MM	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS ME (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	R\$ 35,00	R\$ 35,00
10	FITA ISOLANTE MEDINDO 20 METROS	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 10,04	R\$ 100,40
1	PARAFUSO AUTOATARRACHANTE 4 X 30MM CABECA CHATA CAIXA COM 500 UM	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 15,00	R\$ 15,00
1	PARAFUSO AUTOATARRACHANTE 3,5 X 20MM CABECA CHATA CAIXA COM 500 UN	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 5,00	R\$ 5,00
1000	BUCHA PLÁSTICA PARA FIXAÇÃO Nº 6	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 0,06	R\$ 60,00
1	PARAFUSO AUTOATARRACHANTE 3,5 X 16 ROSCA SOBERBA, CABEÇA CHATA CAIXA COM 500 UN	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 8,26	R\$ 8,26
1	PARAFUSO METALICO MEDINDO 4 X 25 MM ROSCA SOBERBA CAIXA COM 500 UN	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 11,25	R\$ 11,25
5	ASSINATURA DO DIÁRIO DO OESTE DE CONCÓRDIA	CERTA EDITORA DE JORNAIS - ME	R\$ 422,00	R\$ 2.110,00
48	PELÍCULA FUMÊ 90 X 60 CM.	DAILHA COMERCIO E COLOCAÇÃO DE PELICULAS LTDA ME.	R\$ 23,22	R\$ 1.114,56
50	PELÍCULA FUMÊ 65 X 65 CM.	DAILHA COMERCIO E COLOCAÇÃO DE PELICULAS LTDA ME.	R\$ 18,16	R\$ 908,00
45	PELÍCULA FUMÊ 65 X 45 CM.	DAILHA COMERCIO E COLOCAÇÃO DE PELICULAS LTDA ME.	R\$ 12,57	R\$ 565,65
30	PELÍCULA FUMÊ 65 X 60 CM.	DAILHA COMERCIO E COLOCAÇÃO DE PELICULAS LTDA ME.	R\$ 16,77	R\$ 503,10
8	PELÍCULA JATEADA 1,30 X 45 CM.	DAILHA COMERCIO E COLOCAÇÃO DE PELICULAS LTDA ME.	R\$ 25,15	R\$ 201,20
50	AQUISIÇÃO DO LIVRO "ITAPEBA: A HISTÓRIA PASSA POR AQUI"	FRANCISCO PÉRICLES PAZDA - PIS 1214791188-9	R\$ 40,00	R\$ 2.000,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	R\$ 632,10	R\$ 632,10
1	DESUMIDIFICADOR PARA PAPEL, COM CAPACIDADE DE 600 FOLHAS	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 150,50	R\$ 150,50
1	ASSINATURA ANUAL DO JORNAL DA FRENTEIRA	RCO COMUNICAÇÕES LTDA	R\$ 185,00	R\$ 185,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MÁRCIA DILMA FELÍCIO PIS: 1.248.41068-76	R\$ 300,00	R\$ 300,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	NEIDE ARRIAS BITTENCOURT PIS:1081.57922-36	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00
2	FRAGMENTADORA/PICOTADEIRA DE PAPEIS ELETRICA	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 320,00	R\$ 640,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	SILVIO LUZARDO DE ALMENDA MELLO PIS:10048530082	R\$ 3.398,40	R\$ 3.398,40
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	HOTEL ALIANÇA ESPRESS S.A	R\$ 229,50	R\$ 229,50
2	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA LEXMARK OPTRA T 616.	SUPRIWEL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA .EPP	R\$ 1.025,00	R\$ 2.050,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	SOELGE MENDES DA SILVA - PIS:1.900.123.337-9	R\$ 300,00	R\$ 300,00
1	RELÓGIO DE PULSO MASCULINO	MR GRECO LIMA VAZ ME	R\$ 400,00	R\$ 400,00
200	CAFÉ TORRADO E MOIDO QUALID. TRADICIONAL EMB. A VACUO PRENSADO 500G	ATACADO DE ALIMENTOS SOUZA LTDA	R\$ 13,50	R\$ 2.700,00
1	HD EXTERNO DE 1 TB	SUPERINFO AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 289,00	R\$ 289,00
12	FONE DE OUVIDO COM MICROFONE	LOLA NOVIDADES LTDA - ME	R\$ 46,00	R\$ 552,00
1	ASSINATURA DO JORNAL NOVOESTE	EDITORA JORNALÍSTICA NOVOESTE LTDA	R\$ 380,12	R\$ 380,12
1	ASSINATURA DO JORNAL FORÇA D'OESTE	EMPRESA JORNALISTICA FORÇA DO OESTE LTDA-ME	R\$ 150,00	R\$ 150,00
2,44	PEDRA DE GRANITO BRANCO DALAS OU WHITE	MARMORARIA AS MARMORES E GRANITOS LTDA	R\$ 180,00	R\$ 439,20
4	CURVA EM PVC 100 MM	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 6,90	R\$ 27,60
1	FAÇA PARA CARNE/ COZINHA 6" CABO INOX	ELISIANE APARECIDA CARDOSO E CIA LTDA	R\$ 16,40	R\$ 16,40
1	FAÇA PARA PAO 7" COM CABO INOX	ELISIANE APARECIDA CARDOSO E CIA LTDA	R\$ 11,80	R\$ 11,80
3	RECHAUD, REDONDO, BANHO MARIA CAP. 8 LITROS, EM INOX POLIDO, COM TAMPA DE VIDRO	ELISIANE APARECIDA CARDOSO E CIA LTDA	R\$ 335,00	R\$ 1.005,00
1	RECHAUD COM BANHO MARIA 1,5LITROS COM TAMPA, INOX POLIDO	ELISIANE APARECIDA CARDOSO E CIA LTDA	R\$ 175,00	R\$ 175,00
40	ASSINATURA DA FOLHA DO ALTO IRANI	COMÉRCIO DE JORNAIS ALTO IRANI LTDA	R\$ 240,00	R\$ 9.600,00
1	ASSINATURA DO JORNAL CORREIO DO OESTE	D' LUCCA NOTICIAS LTDA	R\$ 250,00	R\$ 250,00
1	HD EXTERNO DE 1 TB	SUPERINFO AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 289,00	R\$ 289,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	GAUDENCIO FRIGOTTO PIS:10258660969	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
1	CERTIFICADO SAN SSL / UCC	BMTECH COMÉRCIO E SERVIÇO DE INFOTMÁTICA LTDA	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
1	CONJUNTO PROTETOR TIPO ACOLCHOADO PARA ELEVADOR, NA COR CINZA DIVIDIDO EM TRÊS PARTES.	UNILIFT ELEVADORES LTDA.	R\$ 920,00	R\$ 920,00
19	CARIMBO AUTO-ENTINTADO L-20.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 15,00	R\$ 285,00
11	CARIMBO AUTO-ENTINTADO L-30.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 18,00	R\$ 198,00
4	CARIMBO AUTO-ENTINTADO L-40.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 25,00	R\$ 100,00
5	CARIMBO AUTO-ENTINTADO L-50.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 33,00	R\$ 165,00
1	CARIMBO AUTO-ENTINTADO Q-30.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 30,00	R\$ 30,00
1	CARIMBO NUMERADOR AUTOMÁTICO ESPECIAL.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 195,00	R\$ 195,00
30	ESPAGUETE ESPIRAL ORGANIZADOR 9MM	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R\$ 1,90	R\$ 57,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	ELSON MANOEL PEREIRA-12290213030	R\$ 850,00	R\$ 850,00
1	ASSINATURA DO JORNAL O ARAUTO	TMS COMUNICAÇÕES LTDA	R\$ 135,00	R\$ 135,00
1	ADITIVO PARA RADIADOR	IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS)	R\$ 20,00	R\$ 20,00
2	OLEO/LUBRIFICANTE PARA MOTOR DE VEICULO	IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS)	R\$ 20,00	R\$ 40,00

1	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS)	R\$ 210,00	R\$ 210,00
1	RADIADOR D'ÁGUA PARA VEICULO	IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS)	R\$ 298,00	R\$ 298,00
1	JUNTA VED TAMPA VALV MOD 2004	IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS)	R\$ 60,50	R\$ 60,50
4	TORNEIRA MAQUINA DE CAFE	NOSSA LOJA COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP	R\$ 53,00	R\$ 212,00
4	REPARO DE SILICONE PARA CAFETEIRA (TORNEIRA)	NOSSA LOJA COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP	R\$ 15,00	R\$ 60,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	JEAN KHATER FILHO-PIS:12374217770	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	BLUE TREE HOTELS E RESORTS S.A	R\$ 1.496,48	R\$ 1.496,48
1	HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	BLUE TREE HOTELS E RESORTS S.A	R\$ 1.534,11	R\$ 1.534,11
3	MICROFONE SHURE BETA 58 COM FIO	ISADE MUSICAL LTDA ME	R\$ 798,80	R\$ 2.396,40
1	MANUTENÇÃO E CONserto DE FLASH 480 EX	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 202,42	R\$ 202,42
1	MANUTENÇÃO E CONserto LENTE 17 85MM	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 440,52	R\$ 440,52
1	MANUTENÇÃO E CONserto LENTE 17 35MM	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 815,00	R\$ 815,00
1	MANUTENÇÃO E CONserto DE LENTE 100 400MM	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 988,22	R\$ 988,22
4,19	VIDRO LISO 4 MM	EDEMIR PERIM VOLPATO ME	R\$ 100,00	R\$ 419,00
4	VIDRO LISO TRANSPARENTE 4MM MEDINDO 122 X 82 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO ME	R\$ 106,25	R\$ 425,00
4	VIDRO LISO TRANSPARENTE 4MM MEDINDO 127 X 84 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO ME	R\$ 110,50	R\$ 442,00
2	VIDRO LISO TRANSPARENTE 4MM MEDINDO 49,5 X 120,7 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO ME	R\$ 62,50	R\$ 125,00
2	VIDRO LISO TRANSPARENTE 4MM MEDINDO 67,8 X 97 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO ME	R\$ 70,00	R\$ 140,00
2	VIDRO LISO TRANSPARENTE 4MM MEDINDO 61,5 X 60 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO ME	R\$ 39,00	R\$ 78,00
1	VIDRO LISO TRANSPARENTE 4MM MEDINDO 47,5 X 75,5 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO ME	R\$ 40,00	R\$ 40,00
1	CONserto DE APARELHO DE FAX BROTHER	OFICINA SCHLEMPER LTDA.	R\$ 97,00	R\$ 97,00
24	PORTA COPOS EM INOX	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R\$ 6,00	R\$ 144,00
24	XICARA COM PIRES DE PORCELANA PARA CAFEZINHO * NA COR BRANCA *	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R\$ 6,00	R\$ 144,00
200	CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA.	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 16,20	R\$ 3.240,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	PRIORIDADE ABSOLUTA ASSESSORIA E CONSULTORIA	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
40	RESERVATORIO PARA SABONETEIRA PLÁSTICA	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R\$ 8,00	R\$ 320,00
20	GRELHA EM FERRO (TIPO GRADE EM INOX) 15X15CM PARA CAIXA SIFONADA	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 12,65	R\$ 253,00
20	LUVA DE CORRER HIDRAULICA 25MM	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 7,00	R\$ 140,00
20	LÂMINA CORTANTE PARA ESTILETE FACA TIPO OLFA	SUPERMATEC SUPERMERCADÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 0,40	R\$ 8,00
4	ESTILETE TIPO FACA PARA LAMINAS DESCARTAVEL	SUPERMATEC SUPERMERCADÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 3,90	R\$ 15,60
40	PARAFUSO PARA FIXAR BACIO SANITÁRIO COM PORCA 8 X 1/4	SUPERMATEC SUPERMERCADÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 2,00	R\$ 80,00
40	CAIXA PLÁSTICA DE EMBUTIR 2 X 4 DRYFIX P/ DRYWALL	SUPERMATEC SUPERMERCADÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 2,00	R\$ 80,00
20	LUVA DE PVC MISTA, DE COLA PARA ROSCA 25MM X 3/4"	SUPERMATEC SUPERMERCADÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 3,20	R\$ 64,00
1	DECORAÇÃO	KRIEMHILDE BECKER	R\$ 2.310,00	R\$ 2.310,00
1	CONTRATAÇÃO DO GRUPO CORAL E MUSICAL EDELWEISS	ASSOCIAÇÃO GRUPO CORAL E MUSICAL EDELWEISS	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
1	NUANCE OMNI PAGE PROFESSIONAL 18	STUDICA BRASIL SOFTWARE LTDA	R\$ 1.295,00	R\$ 1.295,00
3	SERVIÇO DE DESENTUPIMENTO E SUCÇÃO DE ESGOTO EM CAIXA DE PASSAGEM.	DESENTUPIDORA FLORIANÓPOLIS LTDA	R\$ 190,00	R\$ 570,00
10	CABO DE FORÇA SANTO ANGELO SC 30 PARA MICROFONE	BIANCHINI E CIA LTDA (MENSAGEIRO MUSICAL)	R\$ 2,79	R\$ 27,90
6	CONECTOR NEUTRICK MC 3 FX/100	BIANCHINI E CIA LTDA (MENSAGEIRO MUSICAL)	R\$ 19,80	R\$ 118,80
6	CONECTOR NEUTRICK NC 3 MX/100	BIANCHINI E CIA LTDA (MENSAGEIRO MUSICAL)	R\$ 18,80	R\$ 112,80
230	TROFÉU EM ACRÍLICO GRAVADO E RECORTADO A LASER COM APLICAÇÃO DE ADESIVO RESINADO, BASE EM ACRÍLICO	TROFÉU PRIME INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA	R\$ 22,00	R\$ 5.060,00
1	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM CORRIMÃO EM AÇO ESCOVADO MEDINDO 5,40 METROS	TORNOTEK VENDAS CONS. E LOCAÇÃO DE EQUIP. LTDA - ME	R\$ 3.678,00	R\$ 3.678,00
30	FILTRO DE FIBRA Nº 150 COM 2,20 METROS.	SILITEC EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E SERVIÇOS LTDA	R\$ 14,20	R\$ 426,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	GRAFICON - SERVIÇO GRÁFICOS E COMUNICAÇÃO	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	JOSÉ DIMAS D'AVILA MACIEL MONTEIRO PIS-1222393028-1	R\$ 665,00	R\$ 665,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	JULIANA CARLA DE FREITAS DO VALLE - PIS - 12407028645	R\$ 607,60	R\$ 607,60
1	ASSINATURA DA REVISTA JAVA MAGAZINE	DEVMEDIA EDITORA COMUNICAÇÃO E DESIGN LTDA ME.	R\$ 219,90	R\$ 219,90

1	ASSINATURA DA REVISTA VIRTUAL ENGENHARIA DE SOFTWARE	DEVEMEDIA EDITORA COMUNICAÇÃO E DESIGN LTDA ME.	R\$ 149,88	R\$ 149,88
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	JOSÉ DIMAS D'AVILA MACIEL MONTEIRO PIS-1222393028-1	R\$ 285,00	R\$ 285,00
1	ASSINATURA DA REVISTA MUNDO JAVA	GZ EDITORA E PROMOTORA DE EVENTOS LTDA.	R\$ 69,90	R\$ 69,90
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MÁVIA APARECIDA MAIER PIS: 180.139.299.79-01	R\$ 685,00	R\$ 685,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MELISSA FIGUEIREDO SILVESTRE - PIS-141.55726.72-2	R\$ 685,00	R\$ 685,00
2	PREGO GALVANIZADO 16 X 24 MM COM CABEÇA	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 7,11	R\$ 14,22
12	TABUA DE MADEIRA DE ASSOALHO, ANGELIN	MADEIREIRA TRÊS BARRAS	R\$ 65,00	R\$ 780,00
1	BARROTE MEDINDO 5 X 10 X 200CM	MADEIREIRA TRÊS BARRAS	R\$ 18,00	R\$ 18,00
10	BARROTE MEDINDO 5 X 10 X 250 CM	MADEIREIRA TRÊS BARRAS	R\$ 22,50	R\$ 225,00
3	BARROTE MEDINDO 5 X10 X 400 CM	MADEIREIRA TRÊS BARRAS	R\$ 36,00	R\$ 108,00
14	RODAPE DE MADEIRA, 7CM	MADEIREIRA TRÊS BARRAS	R\$ 4,50	R\$ 63,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	VERA REGINA GOULART- PIS-12167422204	R\$ 685,00	R\$ 685,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	ALESSANDRA REGINA FABRIS DE ARAUJO FIGUEIREDO - PIS- 126-67443.72.3	R\$ 685,00	R\$ 685,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	PRIORIDADE ABSOLUTA ASSESSORIA E CONSULTORIA	R\$ 260,40	R\$ 260,40
1	LOCAÇÃO DE SERVIÇO DE SOM	SERGIO ROSSI EPP - ROSSI SOM E LUZ	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA- PIS-106137460-12	R\$ 651,00	R\$ 651,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	GRASIELA GROSSELLI - PIS- 127.78388.71-2	R\$ 685,00	R\$ 685,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	TÁMYTA ROSA FÁVERO PIS:146.283.4827-4	R\$ 685,00	R\$ 685,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	R\$ 632,10	R\$ 632,10
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	JOSÉ ROBERTO PAULO PIS:182.350.761-66	R\$ 570,00	R\$ 570,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	VILMAR SILVA PIS:108.774.073-52	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
1	BASE DE CRISTAL MEDINDO 12 X 8 X 5 CM.	BERNARDINO DE BORBA - PIS 57.052.00005	R\$ 93,00	R\$ 93,00
1	CONCERTO DO BRAÇO, JANELA ALUMÍNIO	OLADIZA ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA-ME	R\$ 175,00	R\$ 175,00
15	TINTA PRETA PARA RECARGA DE CARTUCHO	ALESSANDRO PEREIRA PANIZIO ME	R\$ 28,00	R\$ 420,00
10	TINTA AZUL PARA RECARGA DE CARTUCHOS	ALESSANDRO PEREIRA PANIZIO ME	R\$ 28,00	R\$ 280,00
10	TINTA AMARELA PARA RECARGA DE CARTUCHOS	ALESSANDRO PEREIRA PANIZIO ME	R\$ 28,00	R\$ 280,00
10	TINTA VERMELHA PARA RECARGA DE CARTUCHOS	ALESSANDRO PEREIRA PANIZIO ME	R\$ 28,00	R\$ 280,00
20	GANCHOS (SUPORTE) EM FORMA DE L.	Millenium Extintores	R\$ 2,50	R\$ 50,00
9	RECARGA EM EXTINTOR PQS 4 KG.	PROMATEX EQUIP. COMTRA INCÊNDIO LTDA EPP	R\$ 20,00	R\$ 180,00
4	TINTA ACRÍLICA FOSCA 18 LITROS COD. X-060	R.R COMERCIO DE TINTAS LTDA.	R\$ 235,00	R\$ 940,00
1	VALE TRANSPORTE MUNICIPAL DIVERSOS - GRANDE FLORIANÓPOLIS	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DA GRANDE FLORIANOPOLIS	R\$ 1.982,00	R\$ 1.982,00
132	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAROPABA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 17,10	R\$ 2.257,20
44	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAMBOA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 13,05	R\$ 574,20
500	SACOLAS EM ALGODÃO CRU MEDINDO 30 X 35 CM PERSONALIZADAS	ECOMANIA CONFECÇÃO E COMÉRCIO DE BOLSAS E BRINDES LTDA. ME	R\$ 3,65	R\$ 1.825,00
2	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE - CICLO DE PALESTRA SOBRE O TEMA BULLYING ESCOLAR	C A ZONATO FANTE-ME	R\$ 2.500,00	R\$ 5.000,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	SÉRGIO MURILO BESSA PIS:121.47678.60.2	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	GAUDENCIO FRIGOTTO PIS:10258660969	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	EDINANDO BRUSTOLIN - PIS130.49873.72-7	R\$ 285,00	R\$ 285,00
1	CÂMERA FOTOGRAFICA DIGITAL SONY MODELO SLT-A33L	MJG TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA - INFO PH	R\$ 2.280,00	R\$ 2.280,00
1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE JANELA BASCULANTE EM ALUMÍNIO MEDINDO 1,10 X 80 CM, COM VIDRO LISO 4MM	OLADIZA ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA-ME	R\$ 310,40	R\$ 310,40
1	DESUMIDIFICADOR PARA PAPEL, COM CAPACIDADE DE 600 FOLHAS	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 150,50	R\$ 150,50
3	GRAVADOR MARANTZ PMD 661 PORTÁTIL	MWV WEB SITE COMERCIO DE PRODUTOS ELETROLETRONICOS LTDA	R\$ 2.380,00	R\$ 7.140,00
1	CAIXA DE MADEIRA MACIÇA DE ANGELIM, COM PINTURA TINGIDA EM MOGNO, REVESTIDA COM VELUDO PRETO NAS DIMENÇÕES 26,5 X 14 X 12,5 X 1 CM.	SEBASTIÃO JOÃO ELI - ME	R\$ 110,00	R\$ 110,00
3	KIT PAPEL +TINTA COLOR PARA IMPRESSORA CANON CP780	SUPERINFO AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 279,00	R\$ 837,00
40	ASSINATURA DO JORNAL GAZETA DE IÇARA	LUZ & LUZ LTDA (JORNAL GAZETA)	R\$ 195,00	R\$ 7.800,00
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	HOTEL SESC CACUPÉ	R\$ 246,00	R\$ 246,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	ORIDES MEZZAROBÀ- PIS:12029811647	R\$ 930,00	R\$ 930,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MARIA DE FÁTIMA JUNHO ANASTASIA - PIS:10781273371	R\$ 651,00	R\$ 651,00
40	JORNAL "REGIONAL SUL" DE ARMAZÉM	B S EDIÇÃO DE JORNAIS - ME (O REGIONAL SUL)	R\$ 96,00	R\$ 3.840,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	AFFONSO GHIZZO NETO- 1705915025-9	R\$ 399,00	R\$ 399,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	ROGERIO DUARTE SILVA -PIS:129.09474.72-2	R\$ 570,00	R\$ 570,00
5	CONFECÇÃO DE CLICHE	MARIALENE SIMIONI DE LIMA ME	R\$ 400,00	R\$ 2.000,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	JOÃO LUIZ GATTRINGER - PIS 10695195651	R\$ 570,00	R\$ 570,00
1	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS	BS ÁUDIO SONORIZAÇÕES LTDA	R\$ 900,00	R\$ 900,00
1	DECORAÇÃO	FLORICULTURA VALE DO SOL-DECORAÇÕES E EVENTOS	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00
1	LOCAÇÃO DE TOALHAS PARA MESA	PEÇA AS PEÇAS LTDA ME	R\$ 158,00	R\$ 158,00

16	CRACHA DE AÇO ESCOVADO DOURADO	TROFÉU PRIME INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA	R\$ 12,00	R\$ 192,00
1	LAUDO TÉCNICO	TECNOTEST ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PATOLOGIAS ESTRUTURAIS LTDA	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
3	CORDA DE NYLON 2,0ML	SERGIO MURILO GUINARAES-ME	R\$ 54,00	R\$ 162,00
10	REFIL PARA EMBALADOR DE GUARDA-CHUVA 1000 UN	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R\$ 129,80	R\$ 1.298,00
1	ENCADERNAÇÃO DE ATAS	MARIALENE SIMIONI DE LIMA ME	R\$ 55,00	R\$ 55,00
60	BRASÃO FUNDIDO, MEDINDO 7 X8 CM COM BANHO ENVELHECIDO DOURADO	ARTE MAXIMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	R\$ 75,00	R\$ 4.500,00
60	ENCADERNAÇÃO DE LIVROS COM CAPA EM CORINO	MARIALENE SIMIONI DE LIMA ME	R\$ 131,00	R\$ 7.860,00
6,53	AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE PERSIANA HORIZONTAL EM ALUMÍNIO 16 MM, NA COR BRANCA, MEDINDO 6,53 M².	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME	R\$ 71,30	R\$ 465,59
7,58	AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE PERSIANA HORIZONTAL EM ALUMÍNIO 16 MM, NA COR BRANCA, MEDINDO 7,58 M².	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME	R\$ 71,30	R\$ 540,45
3,57	AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE PERSIANA HORIZONTAL EM ALUMÍNIO 16 MM, NA COR BRANCA, MEDINDO 3,57 M².	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME	R\$ 71,30	R\$ 254,54
6,71	AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE PERSIANA HORIZONTAL EM ALUMÍNIO, NA COR BRANCA, MEDINDO 6,71 M².	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME	R\$ 71,30	R\$ 478,42
14,67	AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE PERSIANA HORIZONTAL EM ALUMÍNIO 16 MM, NA COR BRANCA, MEDINDO 14,67 M².	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME	R\$ 71,30	R\$ 1.045,97
1	LOCAÇÃO DE GALPÃO PARA ARMAZENAGEM DE EQUIPAMENTOS DA ALESC	CJS TRANSPORTES E MUDANÇAS LTDA	R\$ 7.900,00	R\$ 7.900,00
1	PORTA PANTOGRÁFICA	MV SERRALHERIA SERVIÇO DE GRADES EM GERAL	R\$ 4.180,00	R\$ 4.180,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	R\$ 632,10	R\$ 632,10
1	RECUPERAÇÃO, REATIVAÇÃO DE CORES E HIGIENIZAÇÃO EM TAPEÇARIA.	SOHEIL DEHGHAN MANSAGADI - PIS 151.23532.27-0	R\$ 2.950,00	R\$ 2.950,00
1	MURAL (QUADRO) EM CORTIÇA	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP	R\$ 22,85	R\$ 22,85
1	GUILHOTINA MANUAL 45 X 55 CM	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP	R\$ 112,95	R\$ 112,95
8	ENVELOPE SEM TIMBRE NA COR PARDA, FORMATO SACO, MEDINDO 240 X 340MM CAIXA COM 250UN	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP	R\$ 25,49	R\$ 203,92
10	PORTA CD/ARQUIVO CAPACIDADE DE 60 CDS	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 55,00	R\$ 550,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	JULIANA CARLA DE FREITAS DO VALLE - PIS - 12407028645	R\$ 520,80	R\$ 520,80
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	LORO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
3	GRAVADOR DE VOZ DIGITAL MP3 MIC EMBUTIDO 2GB	ISADE MUSICAL LTDA ME	R\$ 349,50	R\$ 1.048,50
7	FONE DE OUVIDO TIPO HEADPHONE COM ISOLAMENTO	SUPERINFO AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 112,00	R\$ 784,00
30000	FOLHA DE PAPEL RECICLADO 90 GRAMAS NO FORMATO A3 (29,7 x 42cm)	MARIALENE SIMIONI DE LIMA ME	R\$ 0,14	R\$ 4.200,00
220	FOLHA DE PAPEL RECICLADO	MARIALENE SIMIONI DE LIMA ME	R\$ 10,00	R\$ 2.200,00
420	FITA DE CETIM NAS CORES VERDE E VERMELHO COM 2,5CM DE LARGURA	MARIALENE SIMIONI DE LIMA ME	R\$ 1,50	R\$ 630,00
1	LAMPADA PARA PROJETOX PROXIMA ULTRALIGHT LS2, LX2	ELETRONICA IMAGEM REAL LTDA	R\$ 745,00	R\$ 745,00
3	LÂMPADA PARA PROJETOX SONY VPL-ES3	SUPERINFO AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 718,00	R\$ 2.154,00
3	LAMPADA PARA PROJETOX INFOCUS X2	SUPERINFO AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 670,00	R\$ 2.010,00
300	CÓPIA DE CHAVE SIMPLES	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 4,00	R\$ 1.200,00
35	ABERTURA DE CHAVE GAVETA COM CONFECÇÃO DE CHAVE.	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 25,00	R\$ 875,00
12	CONSERTO DE FECHADURA TETRA COM CÓPIA CHAVE.	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 40,00	R\$ 480,00
18	CONFECÇÃO DE CHAVE PELO TAMBOR DE FECHADURA	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 30,00	R\$ 540,00
19	CONSERTO DE FECHADURA SIMPLES COM CÓPIA CHAVE.	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 30,00	R\$ 570,00
200	AQUISIÇÃO DE LIVRO "FORTES LAÇOS - A VIDA CONTINUA"	EMILSON ALANO DE CARVALHO	R\$ 22,00	R\$ 4.400,00
30	CONECTORES XLR NEUTRIK MACHO	BIANCHINI E CIA LTDA (MENSAGEIRO MUSICAL)	R\$ 18,90	R\$ 567,00
30	CONECTORES XLR NEUTRIK FÊMEA	BIANCHINI E CIA LTDA (MENSAGEIRO MUSICAL)	R\$ 19,80	R\$ 594,00
500	CABO DE ÁUDIO PARA MICROFONE 2 X 22 AWG	BIANCHINI E CIA LTDA (MENSAGEIRO MUSICAL)	R\$ 2,79	R\$ 1.395,00
500	CABO COAXIAL 75 OHMS RGC 59 67% MALHA PRETO	ISADE MUSICAL LTDA ME	R\$ 0,98	R\$ 490,00
1	CAIXA DE MADEIRA MACIÇA DE ANGELIM, COM PINTURA TINGIDA EM MOGNO, REVESTIDA COM VELUDO PRETO NAS DIMENÇÕES 26,5 X 14 X 12,5 X 1 CM.	SEBASTIÃO JOÃO ELI - ME	R\$ 110,00	R\$ 110,00
6	BOLSA COLETE PARA ACOMODAÇÃO DE CÂMERAS E OUTROS MATERIAIS FOTOGRÁFICOS	FERNANDA DE ALMEIDA CARVALHO ME	R\$ 265,00	R\$ 1.590,00
20	LUMINARIA DE SOBREPOR 2 X 40W, COMPLETA	ERNEI JOSÉ SCHIMTT ME	R\$ 71,90	R\$ 1.438,00

*** X X X ***